



PESSOAS e LUGARES

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Concluída a pré-seleção
das parcerias do DLBC Rural

p.3

Parlamento Rural Europeu 2015

Federação MINHA TERRA
coordena iniciativas nacionais

p.5



Foto: Tiago Siqueira

Balanço da política de desenvolvimento rural

BOLSA
de terras



Estimular a cedência de terras para a agricultura

Entrevista a Pedro Teixeira
e Nuno Russo

p.17-19



Política de Desenvolvimento Rural com balanço positivo

Entrevista com José Diogo Albuquerque,
Secretário de Estado da Agricultura

p.14-16

Concluiu-se recentemente a pré-qualificação das parcerias que concorreram à implementação da abordagem LEADER (Desenvolvimento Local de Base Comunitária – DLBC), tendo todos os associados da Federação MINHA TERRA visto as suas candidaturas à vertente Rural aprovadas.

Trata-se de mais uma demonstração da qualidade e consistência das parcerias lideradas pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL), que mobilizam os atores locais em torno de estratégias para o desenvolvimento dos territórios rurais, concebidas de forma participada com os agentes locais.

Constitui também mais um desafio para as ADL (qualificadas como Grupos de Ação Local – GAL), que agora são convidadas a apresentar as Estratégias de Desenvolvimento Local que se propõem dinamizar nos respetivos territórios de intervenção.

Nos ciclos de programação anteriores, as ADL sempre corresponderam aos desafios que lhes foram colocados e conseguiram apresentar resultados bastante positivos. Nos Programas de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente e das Regiões Autónomas que estão em fase de encerramento, a Abordagem LEADER apoiou o desenvolvimento de mais de seis mil projetos, que mobilizaram um investimento de cerca de 820 milhões de euros e permitiram a criação de mais de sete mil empregos nas zonas rurais. De um ponto de vista qualitativo, estas intervenções foram essenciais na estruturação da economia local, na dinamização do emprego, na promoção de uma maior coesão social, colocando as pessoas no centro destes processos de desenvolvimento.

O novo período de programação traz ao LEADER/DLBC desafios associados à dimensão plurifundos (além do FEADER, mobilizará financiamento do FEDER e do FSE) pela qual o Governo português optou no continente. Este modelo de financiamento

implica um nível de articulação entre os decisores políticos e na administração cujo processo exige a superação de barreiras históricas e a coordenação de diferentes tutelas, com um apelo claro aos princípios da governação integrada.

Infelizmente, as soluções obtidas até agora são pouco coerentes e eficazes e não cobrem de uma forma mais integral as questões a que é preciso responder nos territórios rurais. As linhas de financiamento já definidas, os montantes e os tetos financeiros previstos para algumas áreas de apoio, como as pequenas empresas, o pequeno património ou mesmo os serviços de base e de proximidade (cultura, desporto, lazer, área social), estão muito aquém daquilo que os resultados de mais de 20 anos de intervenção dos GAL indicam como necessário fazer, e estão, também, abaixo das expectativas das populações rurais.

Vale a pena destacar ainda o facto de o DLBC Rural destinar as verbas provenientes do FEADER principalmente para investimentos no setor agrícola. Tal focalização desafia os GAL, enquanto parcerias e equipas, para se capacitarem para dar resposta a esta realidade e para mobilizarem esforços e recursos para responder às necessidades e expectativas das comunidades rurais, promovendo um melhor acesso do pequeno agricultor a estes fundos.

Tal como no passado, também agora as ADL saberão responder a estes desafios, superando-os e apoiando as populações a alcançar as melhores soluções para a construção de melhores comunidades rurais.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 18 . junho 2015 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
<http://www.minhaterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Raquel Gorjão (Empower), Silvana Paules (Empower)

Colaboraram neste número

Custódia Correia, Fórum Cidadania & Território, Francisco Cordovil

Fotografias

ADELIAÇOR, ADREPES, ATBG, ESDIME, David Niblack, Feliciano Guimarães, Fórum Cidadania & Território, Krista Baltroka, Luís Chaves, MONTE, Ricardo Perna, Tiago Siqueira [capa]

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

SIG – Sociedade Industrial Gráfica, Lda.

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.

minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt



Comité das Regiões Europeu apoia DLBC

DLBC Rural

Decisão sobre a pré-qualificação de parcerias

Todas as candidaturas de pré-qualificação de parcerias no âmbito do processo de implementação do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural apresentadas pelas associadas da Federação MINHA TERRA foram aprovadas.

O DLBC Rural sucede-se à Abordagem LEADER, assumindo-se portanto como uma abordagem integrada para o desenvolvimento territorial.

A fase agora concluída corresponde à primeira parte da operacionalização do DLBC, cingindo-se à pré-qualificação das parcerias e das linhas estratégicas dos territórios, de forma a reunir as condições necessárias à submissão de uma Estratégia de De-

envolvimento Local (EDL). Foi neste âmbito que as candidaturas das 53 Associações de Desenvolvimento Local (ADL) foram aprovadas.

As parcerias selecionadas terão agora que responder ao convite para apresentação das respetivas EDL, visando a sua aprovação e o reconhecimento das parcerias como Grupos de Ação Local (GAL).

Em consonância com o Acordo de Parceria Portugal 2020, as EDL devem contemplar a promoção de estratégias que aprofundem a diversificação de economias sustentáveis de base rural, por meio do empreendedorismo, da criação de emprego sustentável e de qualidade, e da resposta a problemas de pobreza e exclusão social.

Em Portugal Continental, ao contrário do que sucedia na Abordagem LEADER, em que os GAL geriam apenas verbas oriundas do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), os GAL que forem selecionados para a aplicação dos DLBC Rurais irão também gerir verbas com origem no FSE (Fundo Social Europeu) e no FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural), através dos Programas Operacionais Regionais.

Nas Regiões Autónomas, a Abordagem LEADER manter-se-á como uma medida dos respetivos Programas de Desenvolvimento Rural, o PRORURAL+ nos Açores e o PRODERAM 2020 na Madeira.

Bruxelas acolheu, nos dias 16 e 17 de abril, a sessão plenária do Comité das Regiões Europeu, órgão consultivo da Comissão, do Conselho e do Parlamento Europeu, que representa as entidades locais e regionais da União Europeia, dando o seu parecer sobre as propostas da Comissão.

O projeto de parecer sobre a melhoria da implementação da Agenda Territorial da União Europeia 2020 foi um dos pontos principais desta sessão, em que foi reiterado o apoio do Comité das Regiões a mecanismos e ferramentas que reforcem a abordagem territorial.

Nesse sentido, o Comité considera que o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e o Investimento Territorial Integrado (ITI) são mecanismos que possibilitam que as autoridades locais que utilizam fundos da União Europeia alcancem crescimento económico e prosperidade.

O Comité das Regiões lamentou que a Agenda Territorial da União Europeia 2020 tenha estado ausente da agenda política durante vários anos e acolheu com satisfação o interesse agora demonstrado pela atual presidência do Conselho Europeu (Letónia), assim como pela anterior (Itália) e pela próxima (Luxemburgo). A Agenda Territorial da União Europeia 2020 afirma-se como um quadro de ação político, destinado a promover o desenvolvi-

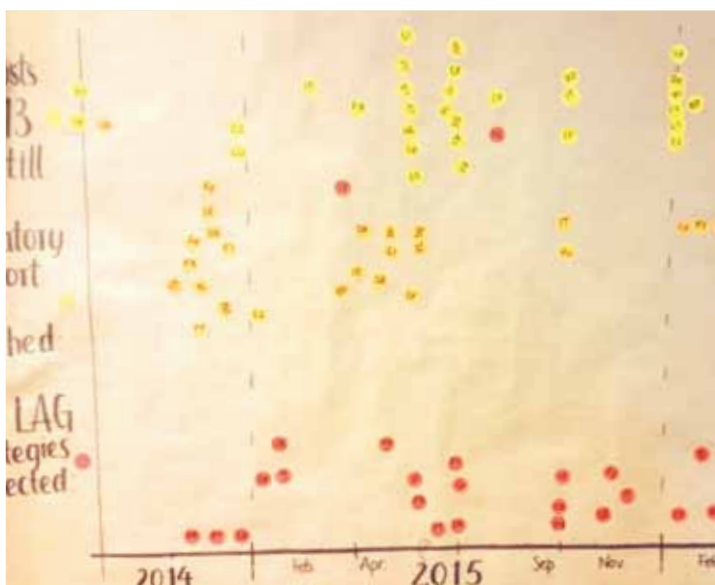
mento territorial policêntrico da União Europeia, com os objetivos de fornecer orientações estratégicas para o desenvolvimento territorial, apoiar a integração da dimensão territorial nos diferentes domínios políticos a todos os níveis de governação e assegurar a aplicação da Estratégia Europa 2020.

Reconhecendo a importância do DLBC e do ITI no reforço das abordagens integradas no desenvolvimento territorial e na promoção da competitividade em territórios específicos, o Comité reforçou o seu apoio a estes instrumentos e lamentou a difícil aplicação que os Estados-Membros enfrentam, impedidos por barreiras regulamentares, que ainda permanecem nos regulamentos da UE e pela relutância das autoridades de gestão em permitir que estes mecanismos sejam aplicados ao nível regional e local.

Confirmando a importância da abordagem territorial na implementação da Estratégia Europa 2020, o Comité afirmou que os objetivos europeus definidos na estratégia apenas poderiam ser atingidos caso se considerasse a respetiva dimensão territorial, reiterando o apelo à apresentação de um Livro Branco sobre coesão territorial baseado numa análise de interação entre a Agenda Territorial 2020 e a Estratégia Europa 2020, com o intuito de combater as disparidades regionais crescentes na UE.

Fundo	Principais áreas de intervenção do DLBC Rural
FEADER	<ul style="list-style-type: none"> Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas; Pequenos investimentos na transformação e comercialização; Diversificação de atividades na exploração; Cadeias curtas e mercados locais; Promoção de produtos de qualidade locais; Renovação de aldeias (em territórios rurais).
FEDER	<ul style="list-style-type: none"> Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio às atividades por conta própria, às microempresas e à criação de empresas; Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.
FSE	<ul style="list-style-type: none"> Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras; Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.

Primeira reunião do subgrupo LEADER/DLBC



A primeira reunião do subgrupo LEADER/DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) da Assembleia das Redes Rurais Europeias, que teve lugar em Bruxelas, a dia 21 de abril, contou com a presença da Federação MINHA TERRA, que integrou a delegação portuguesa em representação dos Grupos de Ação Local (GAL) portugueses, e a participação da Rede Rural Nacional e do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura e do Mar.

O objetivo do subgrupo LEADER/DLBC é melhorar a qualidade da implementação do LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) dos 28 Estados-Membros da União Europeia. Isto implica monitorizar e analisar a implementação da medida LEADER nos PDR, de forma a fomentar a cooperação transnacional, identificar problemas e boas práticas comuns, estimular a aprendizagem entre pares e a capacitação de atores LEADER/DBLC.

Nessa medida, esta primeira reunião – que contou com a presença de 105 participantes, em representação de todos os Estados-Membros da UE, bem como da Comissão Europeia de outras organizações de nível europeu – assumiu a maior importância, pois proporcionou a troca de experiências e

informações essenciais para melhorar a implementação do DLBC no período 2014-2020.

A propósito da Abordagem LEADER nos PDR 2007-2013, a representante da DG AGRI (Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia) referiu que, desde a primeira geração do programa LEADER, o número de GAL se multiplicou cerca de onze vezes (passando de 217 para 2416), cobrindo 94,8 por cento do território e 28,2 por cento da população da União Europeia.

Foram apresentados também alguns dados a partir de estimativas fornecidas pelas Autoridades de Gestão dos PDR 2014-2020. Prevê-se um ligeiro aumento, quer no orçamento total de FEADER alocado ao LEADER/DLBC, quer na população coberta, ao mesmo tempo que ocorrerá uma redução do número total de GAL. De realçar que a alocação financeira ao LEADER varia muito nos diferentes PDR, desde 45 por cento no PDR na Região alemã da Saxónia até aos obrigatórios cinco por cento. Portugal encontra-se próximo do valor mínimo, com cerca de seis por cento alocados ao LEADER/DLBC.

Ao longo do dia foram identificadas algumas das principais preocupações dos participantes, das quais se

destacam: as abordagens ao financiamento multifundos, os sistemas de implementação, a capacitação dos GAL, o apoio eficaz à Cooperação Transnacional, a medição do sucesso do LEADER/DLBC, o LEADER/DLBC como uma ferramenta para alcançar as prioridades de desenvolvimento local, o LEADER/DLBC e inovação e os GAL como comunicadores/facilitadores.

Uma das conclusões que emergiu da reunião é que os Estados-Membros já possuem experiência e ferramentas relevantes e que o desafio passa, essencialmente, pela partilha de informação de modo a aperfeiçoar a implementação do LEADER/DLBC no período de 2014-2020.

No encerramento do encontro, Paul Soto, coordenador do Ponto de Contacto da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural, referiu que o LEADER continua a ser a única política europeia onde as comunidades locais definem as estratégias para os seus territórios e selecionam os projetos que querem ver apoiados. Segundo Paul Soto, “não temos que re-inventar a roda”, mas sim aproveitar as boas experiências que já existem, destacando o papel e o trabalho das Redes Rurais para maximizar esta oportunidade.

Hortas da Vila na Batalha

A ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura criou o projeto “Hortas da Vila”, na Batalha. Inaugurado a 4 de junho, consiste num terreno situado numa área verde, cuja manutenção será participada.

Procurando dar resposta à necessidade de desenvolvimento local e melhoria das condições de vida das populações, as Hortas da Vila assumem-se também como um espaço pedagógico e de lazer, sensibilizando para a importância da atividade agrícola e para o impacto que as práticas de agricultura tradicional têm no rendimento familiar e na sustentabilidade ambiental.

“Produtos da Terra” na RTP África

“Produtos da Terra” é uma série de oito programas na RTP África que dá a conhecer alguns dos melhores produtos locais do Algarve, do Alentejo e de São Tomé e Príncipe, utilizados em pratos elaborados pelo carismático João Carlos Silva (protagonista do programa “Na Roça com os Tachos”).

De modo a sensibilizar para o consumo de produtos locais, as filmagens decorreram em mercados municipais e incluíram visitas às unidades de produção de alguns produtos.

<http://goo.gl/lomf7Z>

XIV Exposição Regional do Limão 2015

A freguesia da Ilha, na Madeira, recebeu, a 9 e 10 de maio, a XIV Exposição Regional do Limão. Na tentativa de promover o que de melhor se produz e faz na Região Autónoma da Madeira, a ADRAMA – Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, em colaboração com a Casa do Povo da Ilha, organizou esta iniciativa de dois dias com o intuito de homenagear o agricultor e o produto de excelência desta localidade, o limão.

Entre outras atividades, do programa constou um debate intitulado “Produtos da Madeira: procura e promoção”.

Valorização Económica da Fileira da Castanha

A Raia Histórica – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira, em conjunto com o Grupo de Ação Local Castelos do Côa, organizou, no passado dia 22 de maio, um debate sobre a Valorização Económica da Fileira da Castanha e Sensibilização para a Luta contra a Vespa do Castanheiro.

A iniciativa, com o apoio do Município de Trancoso, contou com intervenções da Associação de Desenvolvimento Local Castelos do Côa, do Parc Naturel des Monts D’Ardèche (França), do Projeto Sweet Castanea e da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

Parlamento Rural Europeu 2015

O primeiro Parlamento Europeu Rural teve lugar em Bruxelas, em novembro de 2013, numa iniciativa conjunta das redes ERCA – European Rural Community Association e PREPARE – Partnership for Rural Europe, e organizado pelo Movimento Nacional Rural Nórdico. Tratou-se de um evento marcante, focado especificamente nas necessidades, preocupações e aspirações das pessoas dentro das comunidades rurais, em toda a Europa, procurando garantir que a voz das populações rurais seja ouvida. Participaram cerca de 150 pessoas, entre representantes dos movimentos rurais e das Redes Rurais de 30 países.

Com o objetivo de alargar a participação e aprofundar o impacto do segundo Parlamento Rural Europeu, que terá lugar na cidade austríaca de Schärding, de 4 a 6 de novembro, a organização contará este ano também com a ELARD – European LEADER Association for Rural Development, de que a Federação MINHA TERRA é associada, e da ECOVASTE, membro consultivo da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural.

Metodologia participativa

Com o Parlamento Rural Europeu de 2015 pretende-se reforçar a voz das comunidades

rurais da Europa, garantindo que os interesses e o bem-estar dessas comunidades estejam fortemente refletidas em políticas nacionais e europeias, promovendo a autoajuda, a compreensão comum, a solidariedade, o intercâmbio de boas práticas e a cooperação entre as comunidades rurais em toda a Europa.

De modo a constituir-se como uma “cascata de ideias, de baixo para cima”, o Parlamento Rural Europeu envolve todo um trabalho preparatório junto das comunidades rurais, mobilizando-as para participarem neste processo, que se pretende o mais envolvente e participativo possível.

A MINHA TERRA foi convidada para assumir a coordenação do processo em Portugal, que envolve também as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) suas associadas, enquanto dinamizadoras de parcerias locais diversificadas e representativas, que estão particularmente bem colocadas e preparadas para desencadear o processo de auscultação local.

Este processo permitirá capitalizar e valorizar todo o trabalho já realizado – reuniões locais, diagnóstico territorial, etc. – no contexto da construção das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, por cada uma das parcerias locais animadas pelas ADL.

A Federação MINHA TERRA prevê também lançar um questionário online para alargar a participação a outras pessoas e entidades, pretendendo realizar iniciativas de reflexão envolvendo outras redes de caráter nacional que tenham intervenção ou reflexão sobre o desenvolvimento das zonas rurais.

Influenciar a política rural

O programa europeu das atividades é bastante completo e considera tanto o envolvimento local das populações e organizações rurais como uma campanha de publicidade e relações públicas, em que serão realizadas reuniões com deputados ao Parlamento Europeu e representantes da Comissão Europeia.

Em cada país, as atividades são coordenadas por uma Organização da Sociedade Civil, que tem a responsabilidade de redigir um documento síntese que seja representativo das informações obtidas localmente e selecionar a delegação de representantes no fórum final. Com base nos contributos dos diferentes países, será redigido um documento de nível europeu, que será a base de trabalho do evento final de novembro.

O Parlamento Rural Europeu contará com cerca de 300 participantes, de 40 países, incluindo as delegações nacionais, convidados da Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho da Europa, e nele serão analisados os contributos trazidos pelas delegações nacionais, juntamente com os que forem recolhidos através da consulta realizada pelo website do projeto. Com base em toda esta informação, será consolidado e consensua-



lizado o Manifesto Rural Europeu, divulgado publicamente e utilizado para influenciar os organismos europeus no sentido de valorizarem as comunidades e dinâmicas locais rurais, adequando as suas políticas às necessidades e expectativas desses territórios e populações.

Adicionalmente, espera-se ainda que o projeto possa servir de instrumento que, em cada território, ajude a desenvolver mecanismos locais

de participação, reforçando a capacidade de decisão das comunidades locais.

A primeira fase do processo nacional deverá estar concluído no final do mês de junho, pretendendo a Federação MINHA TERRA promover um debate nacional sobre o documento síntese relativo à situação portuguesa, que depois será apresentado no Parlamento Rural Europeu.

<http://europeanruralparliament.com/>



52.ª Feira Nacional da Agricultura

O CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em Santarém, acolheu mais uma Feira Nacional de Agricultura, de 6 a 14 de junho, em simultâneo com a 62.ª Feira do Ribatejo. Tendo como tema central a “Floresta Portuguesa”, incluiu um conjunto de colóquios e seminários sobre o setor.

Espaço privilegiado para a promoção dos produtos e serviços do mundo rural, a feira voltou a integrar o Salão de Provar, com atividades para produtores e consumidores.

<http://feiranacionalagricultura.pt>

Exposicó 2015

Cumprindo um hábito que já se torna tradição, a 10 de maio, na povoação de Rabaçal, concelho de Penela, realizou-se a Exposicó 2015, organizada pela Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, com o apoio da Câmara de Penela.

O evento contou com expositores de produtos locais e integrou a realização de outras iniciativas, nomeadamente a XXVII Feira do Queijo Rabaçal, o XXVII Festival de Folclore da Serra de Sicó, a XI Mostra do Azeite e Mel da Serra de Sicó e a VI Exposição de Cerâmica Artística.

Alto Tâmega Empreende

A ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega é gestora do projeto Alto Tâmega Empreende, promovido pela Comunidade Intermunicipal para capacitar o território para o empreendedorismo.

A iniciativa define o território como um espaço em rede, de serviço e de projeto, no qual intervém através de um Plano de Ação para o período 2014-2020. Âncora de todo o apoio ao empreendedorismo, apresenta propostas de ações, agentes a envolver e redes a criar.

<http://altotamegaempreende.pt>

Os quintais nas Praças do Pinhal

Iniciativa da Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, “Os quintais nas Praças do Pinhal” pretende valorizar os produtos agrícolas e alimentares transformados e produzidos localmente, através de feiras regulares.

Os mercados realizam-se no segundo domingo de cada mês, de forma alternada entre os cinco concelhos que integram a Pinhal Maior (Sertã, Mação, Proença-a-Nova, Oleiros e Vila de Rei), e têm já uma grande adesão de público. Os próximos realizar-se-ão em Mação, a 14 de junho, Proença-a-Nova, a 12 de julho, e Oleiros, a 9 de agosto.



Encontro “Territórios de Baixa Densidade”

Realizou-se no dia 9 de maio, nas instalações da Associação In Loco, em S. Brás de Alportel, no Algarve, o 9.º Encontro do Fórum Cidadania e Território (C&T), no qual teve lugar uma oficina temática sobre “Territórios de Baixa Densidade”. A discussão do tema, coordenada por João Ferrão e animada por António Covas, Nelson Dias e Hélder Guerreiro, partiu da reflexão, aprofundamento e validação da primeira versão de um mapa cognitivo construído no âmbito do Fórum para a **Governança Integrada (GovInt)**.

forumgovernacaointegrada.pt

A reflexão centrou-se em torno da questão de saber se a governança integrada, enquanto estratégia facilitadora para ações de governança territorial e de integração operacional e institucional vertical e horizontal ao nível da coordenação de políticas e da cooperação de atores, constitui uma boa solução para os problemas complexos com que os territórios de baixa densidade se debatem. A discussão baseou-se em aspetos constantes do referido mapa como: a pobreza relacional e a reduzida participação cívica dos territórios de baixa densidade (TBD); a incapacidade de influenciar políticas por parte desses territórios e a existência de

um capital humano pouco qualificado, envelhecido e com um fraco potencial de empreendedorismo. Foram também salientados aspetos ligados à necessidade da criação de novas dinâmicas de desenvolvimento local assentes em políticas de base local; à valorização do capital territorial (recursos locais e amenidades); a fatores de atratividade de investimento e de recursos humanos (neorurais) e a sinergias resultantes das ligações desses territórios às cidades de média dimensão e à sua inserção em redes globais. A governança integrada poderá contribuir de forma positiva para ajudar na solução de algumas das “questões complexas” com que estes territórios se confrontam.

As ideias-chave resultantes desta reflexão deram origem a uma nova versão do mapa cognitivo apresentado no Encontro Nacional “Territórios Vulneráveis: Desafios para a Governança Integrada”, a 4 de junho na Fundação Calouste Gulbenkian.

cidadaniaeterritorio.org

O **Fórum C&T** é um espaço cívico, plural, de reflexão, debate, troca de experiências, de ação cooperativa e intervenção pública sobre a construção do futuro das comunidades locais a partir do desenvolvimento territorial.



Conferências de Aljustrel 2015

Territórios atrativos em debate

Sob o tema “Territórios Atrativos”, as Conferências de Aljustrel tiveram lugar no dia 15 de maio, com um debate sobre o futuro dos territórios, mantendo o lema de enquadramento adotado nas conferências do ano passado, “Cidadania, Inovação & Território”.

Promovido pela Câmara Municipal de Aljustrel com o apoio da ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste, a edição de 2015 teve como tema central “Da construção de Territórios Atrativos nas Baixas Densidades”, fazendo presente o facto de a conjuntura dos territórios de baixa densidade, predominantes no interior do país, exigir uma reflexão e perspetivação de estratégias que contribuíssem para a fixação e atração de pessoas e empreendimentos para o ter-

ritório nacional na sua globalidade.

Considerando que, apesar do reconhecimento destas problemáticas nos diferentes territórios, persistem ainda diversos equívocos, ineficácias e dúvidas sobre as intervenções contínuas que possam inverter esta realidade nos territórios, as Conferências foram palco para a discussão destas temáticas, voltando a colocá-las nas agendas públicas, políticas e mediáticas.

Estruturada em dois painéis, «A “Memória” nas Estratégias Territoriais Atrativas – Que Marketing Territorial?» e «Contributos da Diáspora – Migrantes Internacionais & Desenvolvimento Local», a edição de 2015 foi organizada sobre a égide do recém-criado “Conselho Científico & Cooperação”, com funções de colabora-

ção nas diversas fases da preparação e realização das Conferências, que reúne personalidades dos meios académico, científico, associativo e institucional que tinham também colaborado na edição de 2014, e em que, entre outros, participa Regina Lopes, Presidente da Federação MINHA TERRA.

As ideias de força que resultaram das comunicações apresentadas e do debate gerado apontam para a evidência da emergência de um novo paradigma no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento, que centre no reforço e na qualificação das instituições a chave de sucesso para o desenho e implementação de estratégias regionais de especialização inteligente, em plano de complementaridade com uma lógica de menu abrangente de atividades. Os exemplos que ilustraram este debate remeteram, precisamente, para uma visão de que deve valorizar e construir territórios vivos mais do que simples territórios recurso. A desmistificação de alguns (pre)conceitos relativos aos fenómenos migratórios indicaram duas linhas de ação: aposta em políticas de diáspora em detrimento de ineficazes políticas de retorno e a importância das dinâmicas de integração da imigração no desenho de territórios atrativos.





Feira dos Sabores 2015

Entre os dias 1 e 3 de maio decorreu, no Mercado Municipal de Ponte de Sor, a terceira edição da Feira dos Sabores, uma organização que resulta da parceria entre a Leadersor – Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor, a Associação Nova Cultura e a ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor, com o apoio do Município local.

Representando uma oportunidade de promover e divulgar o que de melhor se produz a nível local, este evento pretende apoiar e divulgar o trabalho dos empresários que, independentemente da sua dimensão, trabalham e produzem riqueza na região, seja a nível industrial ou artesanal, como queijo, vinho, azeite, mel, bebidas espirituosas, temperos, enchidos, doces, fruta, tisanas ou outros produtos da área alimentar. Durante a Feira é também dada a oportunidade aos habituais utilizadores do espaço do Mercado (comerciantes) de participarem no evento.

A Feira dos Sabores, que pela sua natureza já criou uma identidade própria, revela-se um evento relevante para a dinâmica regional, acolhendo o reconhecimento dos expositores e do público em geral, continuando a criar oportunidades de negócio, cultura e entretenimento que constituem um importante veículo de dinamização do tecido empresarial e cultural do concelho de Ponte de Sor e dos concelhos vizinhos.

Oficinas de Turismo em Meio Rural

Um conjunto de três oficinas sobre Turismo em Meio Rural, organizadas pela Federação MINHA TERRA com o apoio da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Turismo de Portugal, tiveram lugar de 16 a 23 de março, com o objetivo de analisar o contributo das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) para o desenvolvimento turístico dos territórios rurais.

As escolas de Hotelaria e Turismo de Coimbra, Douro-Lamego e Faro acolheram uma centena de técnicos das

Associações de Desenvolvimento Local (ADL), das Entidades Regionais de Turismo e da Agência de Promoção Turística, entre outros parceiros do setor.

A iniciativa surgiu da necessidade de concertar as abordagens para o desenvolvimento turístico em meio rural, identificando os principais constrangimentos e oportunidades regionais subjacentes às Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), e procurando realizar o alinhamento de prioridades entre os parceiros envolvidos em projetos

que serão objeto de candidatura a fundos comunitários.

O debate e a reflexão debruçaram-se sobre a estruturação dos produtos turísticos das regiões – da criação de novos negócios à diversificação de atividades –, a qualidade dos serviços e a capacitação dos agentes da região, e a promoção e comercialização da oferta regional de forma viável e sustentável, por meio da categorização de critérios que devam ser considerados na definição dos investimentos a priorizar.

As sessões de trabalho em grupo analisaram os temas no

quadro das EDL em função de cinco fatores-chave: prioridades, constrangimentos, critérios para a identificação de investimentos prioritários, necessidades de formação e proposições de articulação de estratégias locais com estratégias regionais.

As conclusões destas oficinas foram ao encontro das preocupações das Entidades Regionais de Turismo, nomeadamente a necessidade de aprofundar o trabalho em rede entre os agentes do setor através da construção de sinergias, tanto na estruturação de produtos turísticos como na promoção dos produtos e destinos, a importância de capacitar os recursos humanos e a vantagem da promoção da interligação dos principais destinos turísticos urbanos das regiões com os existentes no meio rural, aproveitando a diferenciação da oferta através do enriquecimento da experiência turística.

2015: Ano Europeu para o Desenvolvimento

Com o objetivo de erradicar a pobreza à escala mundial e motivar mais europeus a participarem na concretização desse objetivo, o ano de 2015 foi consagrado o Ano Europeu do Desenvolvimento.

Sob o lema “o nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro”, a União Europeia pretende também informar e sensibilizar os cidadãos europeus para as políticas de desenvolvimento da União Europeia e para o seu papel enquanto um dos principais

agentes mundiais na luta contra a pobreza, explicando aos cidadãos europeus como funciona a ajuda ao desenvolvimento e como esta produz efeitos concretos e duradouros ao nível da erradicação da pobreza na União Europeia e em todo o mundo.

Para as Organizações de Desenvolvimento de toda a Europa, este ano representa uma oportunidade única para mostrar o empenho da Europa na erradicação da pobreza e motivar mais europeus

a envolverem-se e a participarem no desenvolvimento.

O ano estará dividido em meses temáticos. Por exemplo, janeiro foi dedicado à “Europa no Mundo”, junho será ao “Crescimento Sustentável, Emprego Digno & Empresas” e dezembro aos “Direitos Humanos”.

Setembro será também um mês de destaque em matéria de desenvolvimento, particularmente porque se prevê que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprove

nessa altura a Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015, que dará continuidade aos Objetivos do Milénio 2015. A Agenda resulta de um processo aberto, que envolveu os Estados, as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento e os cidadãos, tendo inclusive sido realizada uma consulta pública, e compila um conjunto de propostas que orientará as políticas de desenvolvimento para os próximos 15 anos.



Desenvolver competências de Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local

A Rede Rural Nacional organizou uma ação de formação vocacionada para os Grupos de Ação Local (GAL) que concorreram à primeira fase do concurso de apresentação de candidaturas ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural (DLBC Rural), sobre a elaboração do Plano de Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL).

A formação decorreu em Lisboa, nos dias 12 e 13 de maio, e contou com a colaboração das Autoridades de Gestão dos três PDR (PDR2020, PRORURAL+ e PRODERAM 2020), do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral e da Federação MINHA TERRA, tendo também o apoio do Helpdesk da Avaliação da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia.

Apesar de o tema da avaliação ser com frequência considerado pouco atrativo, a formação permitiu não só revelar o interesse que este

pode conter, como também a importância que esta tem na implementação das EDL.

Considerando que, nos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) para o período de 2014-2020, os planos de avaliação das EDL têm de estar coordenados e respeitar as especificidades de cada estratégia, e que se prevê um elevado envolvimento dos GAL nas atividades de avaliação, as equipas técnicas dos GAL terão de estar preparadas para estes novos desafios.

A ação visou portanto sensibilizar as equipas dos futuros GAL para a importância da avaliação do novo período de programação e capacitá-las para o planeamento e implementação dos Planos de Avaliação das respetivas EDL.

Estes Planos de Avaliação consistem na principal ferramenta de planeamento e estruturação do processo de avaliação, que procura assegurar a monitorização dos trabalhos desenvolvidos para o desenvolvimento rural durante

o período de programação, incluindo atividades que avaliem a contribuição das estratégias DLBC para o alcance dos objetivos das políticas de desenvolvimento rural, aspeto particularmente relevante num quadro comunitário de apoio focado nos resultados e nos impactos das políticas nos territórios e nos cidadãos.

Na formação tiveram especial destaque os indicadores de avaliação comuns do LEADER e a aquisição de competências das parcerias locais para a implementação das EDL, para que os GAL possam posteriormente reproduzir os conhecimentos nos territórios onde intervêm.

Do sucesso desta ação de formação resultou a expectativa de determinadas estruturas nacionais, como a Rede Rural Nacional e a MINHA TERRA, poderem trabalhar em articulação com as Autoridades de Gestão, dando continuidade a este projeto de formação, visando a construção de instrumentos comuns.

MINHA TERRA prepara aplicação do LEADER nos Açores

A Federação MINHA TERRA realizou um conjunto de reuniões na Região Autónoma dos Açores, com vista à preparação do próximo período de aplicação da Abordagem LEADER no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores – PRORURAL+.

Numa visita à Região que teve também por mote a realização das reuniões dos Comités de Acompanhamento do PRORURAL (que está em fase de encerramento) e do PRORURAL+ (que recentemente se iniciou), a Federação MINHA TERRA reuniu-se com as Associações de Desenvolvimento Local dos Açores (ADELIAÇOR, ARDE, ASDEPR e GRATER), tendo em conta as especificidades das dinâmicas associativas regionais.

Com o encerramento do PRORURAL/LEADER que se aproxima, as associações congratulam-se com a taxa de execução obtida, mais de 90 por cento, que se materializa no apoio a 480 candidaturas, correspondentes a um volume de investimento global de 30 milhões de euros.

As quatro associações que intervêm no arquipélago dos Açores, já se encontram acreditadas para apresentar a Estratégia de Desenvolvimento Local para os respetivos territórios, no âmbito da gestão da Abordagem LEADER do PRORURAL+.

Durante as reuniões, foi possível aprofundar laços entre as quatro associações e desenvolver o debate de ideias inovadoras, com o objetivo de concretizar projetos de cooperação em áreas estratégicas, como os circuitos curtos de abastecimento, a valorização e promoção dos produtos locais, o turismo ativo de qualidade e a sensibilização ambiental.

As Associações consideram ainda que reúnem as condições para assumir a gestão da Abordagem LEADER aplicada ao setor das pescas, na qualidade de Grupos de Ação Local Pescas, por possuírem estruturas bem definidas, com recursos humanos qualificados, aliados a duas décadas de experiência na gestão na Abordagem LEADER, em parceria com o Governo dos Açores.

A visita da Federação aos Açores foi também aproveitada para visitar projetos apoiados pelo LEADER e para reunir com a Gestora do PRORURAL e PRORURAL+. Fazendo um balanço positivo da intervenção LEADER das Associações de Desenvolvimento Rural no âmbito do PRORURAL, foram identificados aspetos que poderão potenciar essa intervenção e apontados os desafios futuros que as associações enfrentam na promoção do desenvolvimento rural do arquipélago.





Balanço dos Programas de Desenvolvimento Rural 2007-2013

De entre todas as políticas comunitárias, a Política Agrícola Comum (PAC) é aquela que maior fatia recebe do orçamento comunitário, consumindo neste período de programação 45 por cento do orçamento da União Europeia. A aplicação da PAC desenvolve-se em dois pilares: o primeiro, que consiste essencialmente em apoios ao rendimento dos agricultores; o segundo, de desenvolvimento rural. Este segundo pilar é depois consubstanciado, através da programação dos fundos comunitários, no FEADER – Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural, transposto depois para as realidades nacionais e/ou regionais através dos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR).

Estes Programas de Desenvolvimento Rural têm, desde a adesão de Portugal à então CEE – Comunidade Económica Europeia, constituído o principal instrumento de política pública para o desenvolvimento rural. Através destes programas foi estimulado o desenvolvimento dos territórios rurais, tanto nos setores agrícola, agroindustrial e florestal como em atividades de diversificação da economia rural e de promoção da qualidade de vida – ou seja, a Abordagem LEADER.

No período 2007-2013, o PRODER foi esse instrumento no Continente, assim como o PRORURAL o foi na Região Autónoma dos Açores e o PRODERAM na Região Autónoma da Madeira.

A proximidade da data de encerramento dos Programas, altura em que os dados que existem são já muito próximos dos dados finais, torna-se possível fazer uma análise completa relativamente aos PDR.

O Programa com maior expressão é, naturalmente, o do Continente. O PRODER, cujo Comité de Acompanhamento reuniu a 5 de junho em Lisboa, apresenta números muito expressivos: teve 38.811 projetos aprovados, que mobilizaram um investimento de 7,2 mil milhões de euros, dos quais 4,2 mil milhões são apoio público (comunitário e nacional) já pago até 15 de maio, data a que reportam todos estes valores.

Nessa data, o PRODER apresentava uma taxa de execução de 98 por cento, valor para o qual contribuiu a “operação limpeza” realizada pela Autoridade de Gestão, que permitiu libertar 396 milhões de euros que estavam comprometidos em projetos em que os promotores desistiram de os

executar ou que executaram com um investimento inferior ao que foi aprovado em candidatura.

Os setores que beneficiaram de mais apoio no PRODER foram os jovens agricultores (23 por cento), seguidos do regadio (16 por cento), dos investimentos na exploração agrícola (13 por cento), dos investimentos florestais (12 por cento) e depois o LEADER (11 por cento).

Relativamente ao LEADER, os 670 milhões de euros de investimentos realizados por promotores (não incluindo os projetos de cooperação e animação dos territórios rurais) foram aplicados em projetos de turismo (30 por cento), microempresas (29 por cento), serviços básicos para as populações rurais (23 por cento), património (16 por cento) e apenas dois por cento noutros setores.

Muito relevante é o facto de estes projetos terem permitido a criação de 6.800 postos de trabalho, o que confirma largamente o LEADER como o segmento da Política de Desenvolvimento Rural com maior capacidade de criação de emprego, face ao orçamento disponível.

O Comité de Acompanhamento do PRORURAL reuniu a 28 de maio, tendo sido avaliados os resultados até

finais de 2014. A taxa de execução do PRORURAL situava-se então em 89 por cento, o que correspondia a 306 milhões de euros de apoio público, 261 milhões dos quais do FEADER e os restantes do orçamento da Região. A modernização do setor leiteiro que representa 30 por cento da produção nacional de laticínios (produção, transformação e comercialização) continua a mobilizar uma parte significativa dos apoios do programa.

O LEADER nos Açores representou um investimento de 36,5 milhões de euros, dos quais 26,9 milhões são apoio público através do PRORURAL. No final de abril a taxa de execução era de 73 por cento.

Ao longo da aplicação dos Programas de Desenvolvimento Rural, a Abordagem LEADER consolidou a sua enorme importância para o desenvolvimento integrado dos territórios rurais, não só ao nível da criação de emprego, mas também na criação de atividades económicas diversificadas, que densificam o tecido económico dos territórios rurais, como ainda pela criação de serviços e dinâmicas locais que melhoram a qualidade de vida das populações rurais.



Do LEADER ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária

O programa LEADER teve início em 1991 e desenvolveu-se até 2006 como Iniciativa Comunitária, ou seja, como programa comunitário autónomo. A partir do período de programação 2007-2013 passou a estar integrado nos Programas de Desenvolvimento Rural, no âmbito dos quais se designou desde então como Abordagem LEADER.

Com a criação do LEADER, as perspetivas territoriais para o desenvolvimento local ganharam perfil de políticas públicas, indo finalmente além do discurso sobre a sua importância, e receberam fundos para a sua concretização, superando a abordagem setorializada que sempre tinha impedido.

O LEADER surgiu como uma iniciativa inovadora, em particular por ser uma intervenção feita numa perspetiva bottom-up, ser gerida por parcerias locais, reforçar a multifuncionalidade do espaço rural, valorizar as especificidades locais e realçar a importância do funcionamento em rede.

Inicialmente era dada especial importância aos conceitos de inovação, demonstrabilidade e transferibilidade, o que acontecia por ter sido concebido como um campo de experimentação, em que, com autonomia local, se procurava em cada território construir soluções para os problemas específicos

da comunidade rural. Soluções essas que poderiam depois ser aproveitadas, com as devidas adaptações, por outras comunidades que partilhassem desafios semelhantes.

Esta visão mais experimental do programa foi-se perdendo ao longo do tempo, pois, em certa medida, o LEADER foi vítima do seu sucesso. Os bons resultados que alcançou levaram a que o LEADER fosse estendido a mais territórios, necessariamente com um orçamento maior. Com um orçamento mais alto veio, naturalmente, a necessidade de maior controlo. E, juntamente com o controlo, uma maior burocratização dos processos e a orientação para favorecer projetos com menor risco. Inevitavelmente, os projetos mais inovadores – que normalmente comportam maior risco – foram perdendo o seu espaço. Paralelamente, a cada período de programação as regras do LEADER e a autonomia dos Grupos de Ação Local, que o gerem de forma descentralizada, foram sendo estreitadas.

No período de programação 2014-2020 o LEADER, novamente devido ao reconhecimento do sucesso da sua intervenção, viu a sua metodologia alargada também aos territórios urbanos, designando-se neste período como Desenvolvimento Local de Base

Comunitária (DLBC). A metodologia é semelhante: intervenções territorializadas, com base em Estratégias de Desenvolvimento Local construídas em parceria pelos agentes locais. Existem, porém, algumas mudanças substantivas que podem produzir diferenças significativas nos resultados.

Uma das principais mudanças, que é de saudar, é a opção do Governo Português, de acordo com a possibilidade criada pelo regulamento comunitário, de optar por um financiamento multifundos para o DLBC. Além do FEADER, que financia o LEADER, também o FSE e o FEDER irão participar no DLBC. Trata-se de um claro reconhecimento das autoridades nacionais e europeias da importância de as políticas verticais e setoriais serem concertadas com as abordagens territorializadas, identificando os Grupos de Ação Local como as entidades que melhor podem dar (e têm dado) corpo às intervenções territorializadas.

Por outro lado, uma outra mudança importante não pode deixar de ser olhada com preocupação. A decisão do Governo português de que os fundos do FEADER passarão a ser quase exclusivamente destinados aos agricultores (ainda que não necessariamente para investimento em atividades agrícolas), ficando os demais projetos

empresariais limitados a apoios do FEDER e FSE, vem não só aumentar as restrições à autonomia dos GAL, como limitar o alcance das próprias Estratégias de Desenvolvimento Local.

Em muitos territórios rurais a principal atividade económica é a agricultura e é necessário continuar a apoiar o seu desenvolvimento. Mas em torno desta desenvolvem-se muitas outras atividades associadas, que não são necessariamente desenvolvidas por agricultores, e que precisam também de apoios.

Além disso, as outras atividades de que depende o dinamismo das economias locais continuam a precisar de apoio. O artesanato, o turismo, a cultura, os serviços de apoio social, entre muitas outras áreas, são também determinantes para o desenvolvimento dos territórios rurais e para a qualidade de vida das suas populações. Se se pretende atrair (ou até manter) jovens e trabalhadores qualificados nas zonas rurais, é necessário que esses territórios tenham oferta de emprego, mas também de qualidade de vida.

O LEADER tem sido fundamental para melhorar essa qualidade de vida, é importante que o DLBC tenha condições para continuar a desempenhar esse papel.

Uma ferramenta ao serviço das Estratégias de Desenvolvimento Local

A generalidade dos atores ligados ao desenvolvimento rural convergem relativamente à importância da cooperação e à necessidade de existência de mecanismos que a estimulem e apoiem. De forma geral, os territórios rurais desenvolvem projetos em cooperação com o objetivo de encontrar escala e complementaridades em áreas de desenvolvimento estratégico ou para beneficiar da partilha de conhecimentos e experiências nessas áreas.

Desde as primeiras gerações da Iniciativa Comunitária LEADER, a cooperação tem sido bastante eficaz para atingir esses objetivos. Mas ao mesmo tempo que os Grupos de Ação Local (GAL) portugueses, assim como os seus congéneres estrangeiros, foram consolidando a sua experiência e maturidade – o que é também importante para a eficácia dos processos de cooperação – também as regras da Cooperação LEADER foram sendo alteradas.

A transição do LEADER+ para a Abordagem LEADER, integrada nos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) no período 2007-2013, produziu um conjunto de mudanças na Medida de Cooperação LEADER, resultando em constrangimentos sérios de natureza regulamentar e operacional, que condicionaram a implementação de dinâmicas de cooperação e os seus resultados.

Logo ao nível da conceção e da abertura de candidaturas, a não articulação entre os PDR do Continente e das Regiões Autónomas, entre estes e o Programa da Rede Rural Nacional, assim como com os PDR de outros países, originou limitações que vieram a sentir-se ao longo de todo o período de programação. A primeira consequência evidente resultou da não articulação dos tempos de abertura dos concursos, impossibilitando a integração de alguns parceiros ou integrando-os numa fase tardia da execução dos projetos.

Também a metodologia de apresentação de candidaturas através de concursos, colocando os GAL a competir por uma dotação orçamental comum, levou a que nos primeiros concursos tivessem sido apresentados muitos projetos, esgotando as verbas disponíveis. Tendo isto acontecido numa fase muito precoce da execução das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), levou a que, quando a execução estava mais avançada e faria mais sentido iniciar o processo de cooperação, já não houvesse disponibilidade financeira para os apoiar.

Adicionalmente, a duração máxima de 24 meses revelou-se claramente insuficiente para o tipo de projetos que normalmente são desenvolvidos em cooperação, nomeadamente para a sua preparação, partilha de experiências e amadurecimento de resultados.

Pese embora estes constrangimentos, a maioria dos projetos de cooperação executados saldaram-se por resultados bastante satisfatórios. Mas, globalmente, a cooperação poderá ser mais valorizada e os seus resultados podem ser maximizados se, uma vez identificados os aspetos que não correrem bem, for possível corrigi-los no período de programação 2014-2020.

A articulação dos prazos de abertura dos concursos, a definição da cooperação como uma parte integrante das EDL (cuja dotação seja uma percentagem do orçamento da EDL), o alargamento dos prazos máximos para a execução dos projetos (faria sentido que fosse próximo do da execução das EDL) são aspetos simples e que certamente teriam resultados positivos. É importante aprender com a experiência de 2007-2013, aproveitando o bom que foi feito e melhorando os aspetos que carecem de alteração, de modo a que a Medida de Cooperação LEADER alcance todo o seu potencial de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais.

Com o apoio do Programa para a Rede Rural Nacional, a MINHA TERRA, em parceria com a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, publicou 7 números da revista *Territórios em Rede* dedicada à Cooperação LEADER, contribuindo para suscitar projetos em cooperação, promover a divulgação de boas práticas, oportunidades e parceiros, e também partilhar experiências, reflexões e inquietações.

<http://goo.gl/43j3Hd>

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 ADRAT
www.adrat.pt
- 03 ADRIIL
www.adriil.pt
- 04 ADRIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 ADRIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 ADRITEM
www.adritem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE
www.destique.com
- 11 DOLMEN
www.dolmen.co.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt
- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adelo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADDLAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 ADRUSE
www.adruse.pt
- 24 ADRACES
www.adraces.pt
- 25 RAIÁ HISTÓRICA
www.raiahistorica.org
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmaior.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude-adr.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPEs
www.adrepe.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecarbatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadersor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaixoguadiana.pt
- 48 ADELIACOR
www.adeliacor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 ADRAMA
www.adrama.pt

Licenciado em Engenharia Agronómica, com especialização em Economia Agrária e Sociologia Rural, pelo Instituto Superior de Agronomia, José Diogo Albuquerque trabalhou na Direção Geral de Agricultura da Comissão Europeia, foi representante da CAP junto da UE e investigador e professor convidado da Universidade de Lincoln, na Nova Zelândia. É Secretário de Estado da Agricultura desde 2011.

Balanço positivo da política de desenvolvimento rural

Estão agora a ser concluídos os Programas referentes ao período de programação 2007-2013. Que balanço faz desse período?

Em termos de execução geral, o balanço é positivo. Apesar de termos começado a execução do PRODER tardíssimo, com um grande atraso em relação aos outros países (começámos [o Governo] em 2011 e estávamos quase 10% abaixo da média europeia), agora estamos a acabar seis meses antes do ano n+2. O ano n+2 significa que o programa devia acabar em 2013 mas depois temos dois anos de dilação, para permitir aos projetos plurianuais terem mais dois anos para poderem ser executados até ao fim. Se nós

fizéssemos as coisas como se fazia no passado, só acabaríamos em Dezembro de 2015 ou pediríamos o prolongamento do prazo à Comissão Europeia. Neste caso, estamos a acabar seis meses antes e o objetivo é antes do verão, em junho, termos 100 por cento.¹

Portanto, no âmbito global, acho que o balanço é muito positivo.

Apesar de ter funcionado de forma heterogénea, pois era preferível que o PRODER tivesse começado mais cedo e acabado na mesma altura, mas de uma forma mais contínua, o esforço foi

muito grande nos últimos dois a três anos para executar todo o programa.

Isso é positivo. Não devolvemos verbas a Bruxelas, executámos bem. Apresenta-nos, face às instituições europeias, como um país que executa bem os fundos e isso legitima-nos quando pedimos novos fundos.

Correu bem o facto de ter havido um eixo de investimento com uma adesão enorme do setor, em que a procura até excedeu a oferta. Muitas candidaturas, muito investimento, muitas explorações agrícolas e muita entrada de jovens.

Na reta final, o PRODER regista mais de 38.800 projetos aprovados, dos quais cerca de nove mil foram de jo-

vens. No total, os projetos representam um apoio de 4,8 mil milhões de euros e alavancam um investimento superior a oito mil milhões de euros, com um potencial de postos de trabalho associados a rondar os 45 mil.

Também foi positivo o investimento que houve da agricultura na área do ambiente, devido às medidas agroambientais e à execução do Programa na área das florestas, que também recuperou nos últimos anos.

Por outro lado, o que acho que não funcionou tão bem, e de que temos de tirar lições para o futuro, é que não me parece que o programa tenha contribuído para aquilo de que o país mais se compadece, que é ter mais

¹ A entrevista foi concedida a 29 de abril de 2015. A 8 de junho o Governo anunciou que a execução do PRODER tinha atingido 100 por cento. [N.E.]

agricultores a trabalhar em conjunto em organizações de produtores – a concentração da oferta.

Portugal tem um dos índices mais baixos de concentração da oferta da União Europeia e se queremos recuperar para o nível da União Europeia, então o programa deveria ter encaminhado mais os agricultores para organizações de produtores.

Nós ainda pusemos [no PRODER] uma majoração de cinco por cento nas medidas de investimento para produtores que pertencessem a organizações de produtores, mas já foi em 2012. Portanto, tentámos melhorar o caminho e já se começou a sentir o efeito, mas foi curto.

Depois, relativamente aos jovens agricultores, há a preocupação no setor de que haja jovens que se estejam a meter em investimentos sem consequências positivas no final. E eu fico preocupado quando vejo consultoras a vender projetos chave-na-mão, em que a exploração já está toda feita e o agricultor só tem que entrar. Isso preocupa-me e foram coisas que foram feitas e que eu acho que têm de ser mudadas.

No caso do LEADER, no início houve um afastamento intencional da agricultura e eu não acho que isso seja bom. O mundo rural é obviamente muito importante, mas eu sou daqueles clássicos, convencionais, que acreditam que o mundo rural sem agricultura é muito difícil, para não dizer impossível. Portanto, nós chegamos ao fim com o LEADER afastado da exploração agrícola e isso deve reverter-se no futuro.

Como é que o novo Programa de Desenvolvimento Rural, o PDR 2020, dá resposta a essas dificuldades que foram diagnosticadas?

No caso da concentração da oferta, nós pusemos majorações nas medidas de investimento de 10 por cento para o caso de agricultores que pertençam a organizações de produtores. É importante referir aqui que quando temos de fazer escolhas de política pública não é possível não as fazer. Se temos um problema, por exemplo, no setor de frutas e hortícolas, onde temos hoje à volta de 27 por cento da produção que é comercializada através das organizações de produtores, mas a média europeia é de 43 por cento, nós temos que chegar à média europeia, pelo menos. Temos que chegar a 2020 com a média europeia.

Se na nossa produção a nível geral só 11 por cento é comercializado por organizações de produtores, nós temos que fazer subir este valor. E por isso pusemos a majoração de 10 por cento para quem pertence a organizações de produtores. Não é uma discriminação face aos outros, é perceber que há aqui uma falha pública e para incentivar os agricultores a estar em organizações de produtores temos que lhes dar um incentivo.



No caso dos jovens, reforçámos o conceito de formação, passámos a ter aconselhamento obrigatório para as medidas dos jovens e passámos a pôr as majorações para as organizações de produtores também nos jovens, o que não havia no PRODER, e uma parte do prémio [à instalação] está condicionada a pertencer a organizações de produtores. Isso já se está a fazer sentir, na medida em que os jovens neste momento, antes de fazerem um projeto, já vão procurar a organização de produtores na sua zona e falar com ela. E se a organização de produtores vê que o projeto é bom quer que o jovem entre, se vê que o projeto não é consequente diz ao jovem que o projeto não é consequente. Eu já tive esse feedback, por exemplo, quando fizemos a visita com o Comissário Europeu à Campotec, onde uma organização de produtores nos disse que isso já estava a acontecer e isso era positivo.

No caso do LEADER, fizemos algo muito diferente face ao passado. Procurámos a abordagem plurifundos para o LEADER, financiando tudo o que é mais ligado à atividade agrícola com o Programa de Desenvolvimento Rural e tudo o que são abordagens no mundo rural que não têm a ver com a agricultura através dos fundos estruturais.

Além disso, pusemos dentro da parte que é financiada pelo Programa de Desenvolvimento Rural duas medidas que antes não estavam no LEADER

e que são completamente ligadas ao agricultor: a medida de apoio para os pequenos investimentos e a medida de apoio para as pequenas agroindústrias. Isto vai levar os agricultores a procurar os LEADER e os LEADER a dar resposta aos agricultores. É uma das coisas de que mais me orgulho de ter feito, por ser daquelas que provocou alguma surpresa e alguma fase de adaptação, mas que tenho a certeza de que chegamos ao fim do quadro e é sempre melhor para uma abordagem LEADER estar ligada no mundo rural à agricultura e ter a aceitação positiva dos agricultores.

Porque verdadeiramente os DLBC [Desenvolvimento Local de Base Comunitária] vão ter de andar de mão

“Correu bem o facto de ter havido um eixo de investimento com uma adesão enorme do setor, em que a procura até excedeu a oferta. Muitas candidaturas, muito investimento, muitas explorações agrícolas e muita entrada de jovens.”

dada com os agricultores, e isso é positivo. Tudo o que é um Programa que no final tem um beneficiário que é o agricultor, o melhor é que seja feito com a aceitação do agricultor.

Como o ambiente... As nossas medidas agroalimentares são agora mais perceptíveis para os agricultores e os agricultores querem-nas. E isso é muito melhor, porque o agricultor faz isso de boa vontade. Tenho a certeza de que se o agricultor for procurar uma medida de pequeno investimento na sua exploração ou na sua adega e o LEADER lhe prestar um bom serviço é muito melhor para todos.

Em relação ao DLBC, o montante FEADER foi reduzido, complementado agora pelos fundos estruturais. No total ficou ligeiramente acima da dotação anterior do LEADER. Mas os fundos estruturais vão ser repartidos também com o DLBC urbano. Isto não vai reduzir significativamente o volume de apoio disponível para o desenvolvimento rural?

Não, porque os DLBC urbanos são uma parte muito pequena em comparação com os rurais. Nós fizemos durante novembro e dezembro a seleção dos DLBC, já fizemos a avaliação e estamos neste momento em fase de audiência prévia.² E realmente o bolo dos rurais é muito grande. E eu acredito que onde está todo o *know-how* e conhecimento de DLBC é no mundo rural.

Vamos agora passar à fase das estratégias e eu penso que estará tudo aprovado antes do verão.

No final o resultado até foi positivo, porque o total acabou por ser superior, quando inicialmente pensei que iria ser inferior. E veja que, num cenário em que houve um corte geral no orçamento da Política Agrícola Comum para os programas de desenvolvimento rural de cerca de 14 por cento, o LEADER só têm a ganhar com esta conta plurifundos.

A evolução que se deu na agricultura, em que houve um significativo crescimento do PIB agrícola, foi acompanhada do desenvolvimento integrado dos territórios rurais?

Acho que o desenvolvimento rural acompanhou esta evolução. Não podemos ter milagres rurais em três anos, mas está a acompanhar. Hoje vemos muito mais jovens a instalarem-se como agricultores. Durante os anos 2012 e 2013 tivemos cerca 280 candidaturas por mês de jovens agricultores e agora as coisas já estão a voltar a uma rotina parecida. Temos também muitos investimentos de atividades anexas à agricultura.

Acredito, embora ainda não tenhamos esses números, que vai haver um regresso das pessoas ao mundo rural, até porque se vive melhor em cidades

² Entretanto, a audiência prévia foi concluída e as parcerias pré-selecionadas. [N.E.]

de média dimensão. Portugal nunca será um país de grandes cidades. Aliás, os países do sul da Europa terão sempre dificuldades em comportar muita gente em grandes cidades, devido ao seu tecido organizacional. Faz sentido ter serviços descentralizados em cidades mais pequenas ou no interior, mas a verdade é que agora passa-se pelo campo e vêm-se campos mantidos que antigamente estavam ao abandono.

Portugal optou, juntamente com a Lituânia (foram os únicos dois países que optaram), por uma medida na Política Agrícola Comum que é o regime da pequena agricultura, em que

desastres ambientais nem desumanização, mas culturas mais mecanizadas e mais modernas podem permitir puxar pelas mais tradicionais.

Temos tudo no nosso país, somos altamente diversos (não somos como a Dinamarca que é muito uniforme). Portugal tem de tudo um pouco, portanto também temos que ter alguma complacência para as diferenças entre a produção de milho forrageiro para a produção de leite em Entre-Douro-e-Minho comparado com o milho do Ribatejo ou de Alqueva, com produtividades a atingir quase vinte toneladas por hectare. Tudo é importante.



os agricultores que recebiam menos de 500 euros passam todos a receber 500 euros de forma simples. Isso está a sentir-se nas candidaturas, pois metade das candidaturas que estamos a receber agora para apoios da Política Agrícola Comum são do regime da pequena agricultura. Está a haver um interesse diferente e acredito que irá haver uma inversão. Agora, a queda foi muito acentuada, por isso a recuperação vai requerer o seu tempo.

Houve neste período um aumento significativo de explorações, como os olivais super-intensivos, que são muito produtivas mas utilizam muito pouca mão-de-obra. Isto não conduz à desumanização do mundo rural?

Acho que sim e não. Se fosse exclusivo sim, como é complementar não. Por exemplo, existe o olival intensivo, mas felizmente também existe o olival tradicional. O facto de existirem esses dois componentes e de ter havido tanto investimento no olival intensivo, mas tendo havido também no olival tradicional – e podemos ver a região de Trás-os-Montes, onde houve muito investimento em olivais antigos que estão a produzir e a comercializar –, levou a que o setor passasse a ser auto-suficiente a partir de 2013, e isso foi positivo. Portanto, mais massa crítica puxa por todos. Acho que é preciso ter cuidado, claro, não queremos nem

“A parte da simplificação não correu tão bem, porque um processo só consegue ser simples se for simples à partida. [...] Tentámos simplificar o máximo possível, tendo uma política aplicada à nossa realidade, mas ainda assim há um ‘complicómetro’ que existe sempre e por mais que um membro do governo diga que vai simplificar tudo, o melhor é moderar os seus objetivos.”

Obviamente que a agricultura é um negócio e por isso o agricultor vai tentar valorizar a sua produção, por um lado, e minimizar os custos, por outro. Logo, se ele puder mecanizar vai fazê-lo. E desde que seja respeitando o ambiente e puxando por todos, tudo bem.

Sucessivos governos têm apontado a simplificação e a desburocratização como um dos objetivos dos seus mandatos. Que balanço faz deste aspeto?

Os objetivos foram, primeiro, mais previsibilidade e mais planeamento para o agricultor: começar a ter planos de pagamentos, planos de candidaturas, previsibilidade das medidas que vão abrir e planear a longo prazo as nossas políticas públicas. O segundo foi a uniformização e sistematização dos procedimentos. E o terceiro objetivo é a simplificação.

Acho que o cumprimento do primeiro objetivo foi muito positivo. Eu costumo dizer que é preferível haver um prazo, mesmo que não se cumpra, pois obriga a que se trabalhe para cumprir um prazo. O segundo também correu muito bem, os pagamentos do PRODER passaram a ser sempre no mesmo dia, no final de cada mês, gerando, mais do que justiça, também confiança no investimento dos agricultores por parte da banca e dos investidores, porque já sabem que naquele dia o agricultor vai receber o pagamento e pode, por exemplo, pagar o empréstimo.

A parte da simplificação não correu tão bem, porque um processo só consegue ser simples se for simples à partida. Eu acho que nós melhorámos, mas ainda assim, se compararmos a nossa política pública com a da Dinamarca, a nossa é mais complexa. Isso deriva de algumas coisas: a primeira é a diversidade da nossa agricultura, depois nós verdadeiramente somos um povo que tendencialmente complica um bocado. Tentámos simplificar o máximo possível, tendo uma política aplicada à nossa realidade, mas ainda assim há um “complicómetro” que existe sempre e por mais que um membro do governo diga que vai simplificar tudo, o melhor é moderar os seus objetivos.

Acho que nós melhorámos claramente, fiz um grande esforço de simplificação, mas ainda assim... Se apresentamos uma legislação com sete páginas, depois o setor pede uma derrogação aqui, uma flexibilização ali; depois, a entidade dos controlos acha que é melhor pôr mais uma alínea, outra entidade põe também outra alínea... E quando dou por mim, o diploma que tinha sete passa a 14 páginas.

No PDR 2020, por exemplo, em comparação com o PRODER, no que se refere às medidas agroambientais só tínhamos agricultura biológica e produção integrada. Mas como eram altamente complexas os agricultores não

as percebiam, pelo que achámos que o melhor era desdobrar e fazer coisas mais simples. No final fiquei com quase uma dezena de medidas mais simples e que os agricultores percebem, mas já não posso dizer que tenho só duas, tenho dez.

Os primeiros concursos do PDR 2020 foram abertos em finais do ano passado. Está satisfeito com o volume de candidaturas já apresentadas?

Estou. Nós fizemos uma coisa um pouco arriscada, que foi abrir as candidaturas antes do programa estar aprovado e isso aconteceu porque a procura de investimento era grande, toda a gente queria investir, e porque o agricultor quando submete a candidatura pode logo começar a investir, porque depois o apoio faz-se retroativamente. Na realidade, eu até teria aberto mais medidas, mas tinha duas limitações: a primeira era precisar de ter a certeza de que a Comissão Europeia concordava, para não ter um Programa que contivesse critérios diferentes dos constantes nessas medidas que tínhamos aberto e não ter que voltar para trás; a segunda limitação é a informatização, pois o sistema informático é fundamental, como temos percebido nos últimos anos.

Há todo um mundo gigante por trás daquilo que se vê cá fora, quando se apresenta um formulário: a legislação, a parte de operacionalização, o sistema informático para monitorização de todas as medidas, os controlos, o reporte à Comissão Europeia, os indicadores para cada medida...

O meu balanço é positivo porque está a haver uma grande adesão. No período entre de quadros [comunitários] recebemos muitas candidaturas, mais de dez mil durante o ano passado. Foi opção nossa manter o guiché aberto, apesar de ser uma opção de algum risco. Continuámos a receber candidaturas e, atualmente, já com o novo sistema, recebemos cerca de 1500 candidaturas. Estamos a reforçar os recursos das Direções Regionais – admitimos 33 funcionários em dezembro e vamos fazer até ao verão mais cerca de 50 recrutamentos temporários, que são os únicos que estamos autorizados a fazer – para assegurar que conseguimos analisar todas estas candidaturas que estão a entrar.

Mas quero frisar que se eu tivesse fechado o guiché, que foi o que todos os outros países da União Europeia fizeram, teríamos muito menos candidaturas para analisar. Portanto, eu não teria um problema. Nós criamos um problema para ajudar o setor. Para mim, é preferível ter mais candidaturas a entrar e nós termos de correr para dar resposta. Acho que é melhor, porque agora começamos o programa com 5.734 candidaturas em carteira e isso é muito bom para executar o programa.



Fotos: Ricardo Palma

Bolsa de Terras dinamiza os territórios rurais

Entrevista com Pedro Teixeira e Nuno Russo

Um dos problemas da agricultura portuguesa é a dificuldade de acesso à terra. A Bolsa de Terras está a eliminar essa dificuldade?

Pedro Teixeira (PT) – A Bolsa de Terras (BT) é um fortíssimo contributo para estimularmos o mercado e tirarmos algum preconceito às pessoas para disponibilizarem as terras, sobretudo pela facilidade, pelo exemplo e pelo instrumento de acesso que é o portal da Bolsa. É simples, é dinâmico e permite que se faça uma consulta informal sem compromisso, coisa que as pessoas hoje em dia valorizam um pouco. Subscrevendo a *newsletter* podem ter informação contínua, acesso a meios

de comunicação modernos, como o Facebook e, de facto, interagirem conosco de modo muito informal.

O facto de verem uma montra onde podem encontrar, visualizar e localizar uma terra que possa ser à sua medida, sem qualquer tipo de formalidade ou contacto com uma agência imobiliária, agente ou promotor, é muito importante. Ter 235 balcões de gestores operacionais nos territórios, com muita proximidade, dá uma probabilidade suplementar de as pessoas se dirigirem a eles e serem apoiadas presencialmente, se quiserem fazer uma consulta, inserir as suas terras ou ter informações complementares.

Nuno Russo (NR) – Esse foi o principal objetivo da Bolsa Nacional de Terras: facilitar o acesso à terra. E isso resultou também de uma dificuldade identificada por grande parte dos jovens agricultores que se instalaram no último programa de desenvolvimento rural, o PRODER.

O que nós podemos já verificar, com dois anos de funcionamento da Bolsa Nacional de Terras, é que os resultados a curto prazo – num trabalho de médio-longo prazo – já são significativos. Não só na angariação de terras que possam estar disponíveis para serem arrendadas ou compradas, mas principalmente no número de transações de terras que já resultou dessa disposição. Na BT já foram transacionadas mais de 20 por cento do total de terras disponibilizadas e isso para nós é um número revelador do sucesso que a BT já começa a ter e que esperamos que continue no futuro.

A percentagem de terrenos transacionados pode ser considerada alta, mas o número de terrenos disponibilizados pelos privados, 251, atendendo a que há tantos terrenos não cultivados que se veem pelo país fora, não ficou um pouco aquém das expectativas?

NR – Podemos dizer que esses 251 representam cerca de 60 por cento do número total de terras disponíveis na Bolsa, por isso, a grande maioria. O que existe aqui são terrenos de

pequena propriedade e no que toca à questão da dimensão da propriedade, aí então há uma maior percentagem de terras do Estado ou de outras entidades públicas. O que o Estado e o Ministério da Agricultura têm feito é dar o exemplo no levantamento, na identificação e na disponibilização de terras do Ministério da Agricultura, essencialmente nas Direções Regionais da Agricultura e Pescas de norte a sul do país, para que depois os privados possam vir atrás do bom exemplo.

Sabemos que os proprietários funcionam muito pelo exemplo, estão à espera de conhecer casos práticos de sucesso de transação de terras que tenham utilizado a BT. E o que temos visto é um aumento significativo.

Tem de ser feito um grande trabalho no terreno de sensibilização, de dar a conhecer a existência deste projeto, dos seus objetivos, dos seus resultados, para que mais possam aderir à Bolsa Nacional de Terras, disponibilizando as suas terras que não estejam a ser utilizadas e possam ir ao encontro da imensa procura que existe de terras em Portugal.

PT – Eu podia acrescentar que sendo a BT um projeto inovador, não quis também correr riscos. Uma estrutura simples e fácil é o primeiro veículo para termos uma adesão boa. Segundo, temos de vencer preconceitos e há, de facto, algum preconceito associado a qualquer pessoa, qualquer família, que ceda um bem seu. É sinal de fraqueza, nomeadamente no Norte do país. É um aspeto sociológico que só se pode contrariar com bons exemplos, que o Estado está a dar. E esse sinal de confiança teve um enorme sucesso, com uma procura que excedeu cinco vezes a oferta e com uma ampla divulgação. Foi quase como uma prancha de salto para a visibilidade.

A visibilidade alarga-se e a curiosidade está aí, com o número de acessos ao site, o número de subscritores da *newsletter* e a interação no Facebook. É um projeto a médio-longo prazo que está com uma maturação interessante.

Não é que exceda as nossas expectativas, porque todos nós previmos que isto fosse muito mais expressivo, mas também estamos a comparar com um desconhecido.

Referiram a simplicidade do processo, mas existe, por parte de algumas pessoas, a sensação de que é um processo relativamente burocrático, que pode desmotivar ou afastar potenciais interessados. Não se confirma esta ideia?

PT – Por um lado, nós temos de ter credibilidade na informação que pres-tamos, não podemos propiciar que seja um banco de terras informal, como os que há por aí. Nós somos uma BT que tem o selo do Estado e os interessados sabem que não vão ver goradas as suas expectativas. Mas o entendimento dos privados é entre eles, o Estado nem se mete.

Agora, do ponto de vista do concurso para disponibilização das terras do Estado, temos uma carga naturalmente burocrática associada à legislação, ao Código do Processo Administrativo e à defesa dos direitos das próprias pessoas.

Tivemos o primeiro concurso, digamos que foi o primeiro embate que tivemos. O nosso objetivo é eliminar papel e diminuir formalidades sem, com isso, gorarmos as expectativas de quem vai celebrar contratos longos conosco. A apreciação que temos deste primeiro concurso é que já temos muita informação para simplificar, para desburocratizar e também para nos precavermos, porque muitas vezes os interessados também querem negociar, como é legítimo.

NR – Só para completar, para desmistificar essa questão de ser um processo burocrático, no que toca às terras privadas o processo é o mais simples que pode existir. Há duas formas de disponibilizar terras na bolsa: diretamente ou através do sistema informático. E a única coisa que é exigida, neste caso, é o registo na plataforma informática, onde depois pode carregar informação relativamente ao prédio que vai disponibilizar. Grande parte dessa informação está disponível no único documento que nós exigimos para que possa ser disponibilizada a BT, que é a caderneta predial atualizada. Depois há uma validação relativamente a essa informação e a terra fica disponível. É tão simples como isso e o prazo que decorre entre o registo, o carregamento e a validação não é mais do que cinco dias úteis.

No que toca às terras do Estado, obrigatoriamente têm que ser cedidas por concurso público para criar a credibilidade, a transparência e a concorrência necessária.

Essa dimensão sociológica, que há pouco era abordada, essa ligação afetiva à terra, limita necessariamente as transações. De que forma a BT pode dar um contributo para superar essa limitação?

PT – A BT não é uma iniciativa isolada, faz parte de um edifício



Pedro Teixeira
é Diretor-Geral
de Agricultura
e Desenvolvimento Rural

“A Bolsa de Terras é um fortíssimo contributo para estimularmos o mercado e tirarmos algum preconceito às pessoas para disponibilizarem as terras, sobretudo pela facilidade, pelo exemplo e pelo instrumento de acesso que é o portal da Bolsa. É simples, é dinâmico e permite que se faça uma consulta informal sem compromisso.”

legislativo. E nós temos que envolver nas medidas de política os proprietários e os detentores dos prédios rústicos, para um conjunto de responsabilidades: ao nível de combate aos fogos florestais, responsabilidades ao nível de problemas de pragas e outros agentes, como temos agora com o abate dos pinheiros ou problemas com os sobreiros, etc.

Os proprietários já estão obrigados a um conjunto de boas práticas: não podem deixar abandonados os terrenos *per se*, têm a obrigação de limpeza das matas e tudo mais, com uma gran-

de proatividade dos municípios e das juntas de freguesia.

Por outro lado, a nível fiscal, havia um conjunto de situações que levavam a que, mesmo sendo obrigatória a atualização do registo por herança ou falecimento, como este registo é caro as pessoas vão relaxando e não o fazem, tanto pela pequena dimensão das propriedades, como pelo número de herdeiros e interessados. A BT vem contribuir, por exemplo, com uma redução de 75 por cento no pagamento dos registos. É um convite às pessoas a atualizarem e, assim, já podem disponibilizar as terras.

Incitamos, por exemplo, a fiscalidade verde, com isenções a nível de IMI, para um gestor ativo na floresta. Estamos a falar de uma iniciativa que vem a caminho, que é a revisão das matrizes rústicas, que vai pesar mais ao bolso dos proprietários que tenham um prédio rústico, florestal ou agrícola, abandonado.

E há uma nova geração de jovens agricultores que estão a aderir à agricultura (que não é fácil), mas que estão a trazer uma nova consciência, uma nova visibilidade, transformando a agricultura de uma profissão menor para uma profissão visível, exigente e com um óbvio contributo para a economia nacional, como se tem visto já com uma quota-parte das exportações notável e com o sector a crescer em contraciclo.

NR – Acresce, a todo este trabalho legislativo, a necessidade de um trabalho de sensibilização, de divulgação de que existe esta alternativa, para que as pessoas que não estejam a utilizar a terra, mas que pretendam ter uma

mais-valia ou um rendimento superior, possam disponibilizar essa terra para efeitos de arrendamento. Esse afeto à terra muitas vezes restringe a venda, mas pelo menos permite que as pessoas fiquem sensibilizadas à possibilidade do arrendamento, ao invés de terem a terra parada, sem qualquer tipo de utilidade e sem qualquer tipo de proveito e até mesmo com custos associados.

Esse trabalho de sensibilização tem que ser feito. Aliás, nos dados da BT relativamente às terras disponíveis no país, verifica-se que no norte do país há uma menor oferta de terras, não só por essa razão, mas também pela ausência de cadastro, por ser uma pequena propriedade de minifúndio, em que a BT tem que ter um trabalho extra. Não só a BT, mas principalmente os seus parceiros e, essencialmente, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL), que têm grande conhecimento do território e que nos podem ajudar a fazer um contacto direto, não só com os proprietários da terra, mas eventualmente com os interessados na mesma. Esse é um trabalho que tem que ser feito em parceria, em rede e com grande apoio dos municípios, com as ADL e outras entidades parceiras que fazem parte da BT.

Que papel assumem os Gestores Operacionais da BT neste processo?

NR – Neste momento são 235 as entidades Gestoras Operacionais (GeOP), sendo que já são mais do que as do início. A BT funciona com uma estrutura muito simples: tem uma gestora da BT que é a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, tem um coordenador que sou eu, tem um grupo de acompanhamento da BT constituído

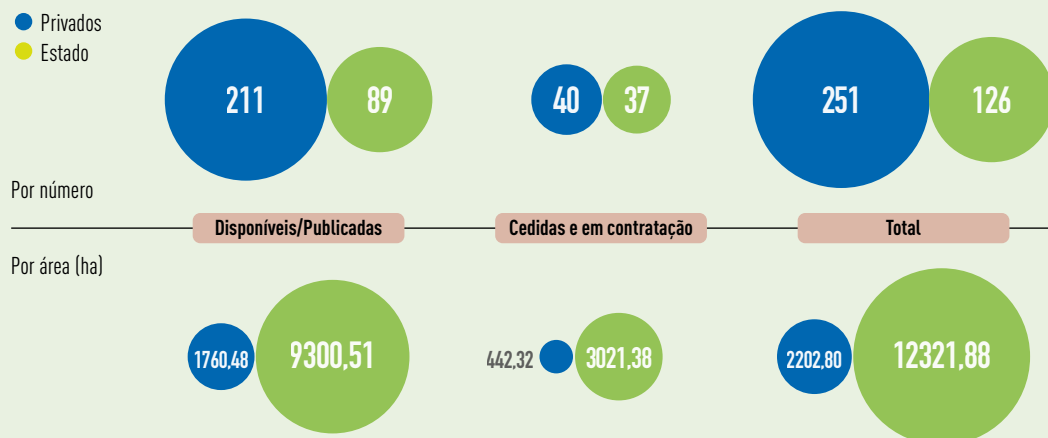
Viana do Castelo: 0,00 ha
Braga: 1,18 ha
Porto: 4,17 ha
Aveiro: 0,95 ha
Viseu: 6,86 ha

Coimbra: 30,36 ha
Leiria: 54,42 ha

Santarém: 1 005,17 ha
Lisboa: 108,80 ha
Setúbal: 394,02 ha

TOTAL DE ÁREA POR DISTRITO

TOTAL DO NÚMERO DE TERRAS E DE ÁREA POR ENTIDADE



pelas 16 entidades líder [entre as quais está a Federação MINHA TERRA] e pelas cinco Direções Regionais de Agricultura. Essas 16 entidades líder correspondem a 235 entidades GeOP, no terreno de norte a sul do país.

As GeOP, que foram certificadas pelo Ministério, têm um trabalho simultâneo: não só de esclarecimento, de ajuda aos proprietários e aos interessados na procura de terras, mas também, e na minha perspectiva esse é o papel mais importante, de dinamização no território onde atuam, porque são eles, com a rede de contactos que têm, com o conhecimento que têm do território e das pessoas, que nos podem ajudar a fazer com que esta BT consiga aumentar o sucesso do que já tem. E aqui as ADL têm um papel muito importante.

Em que medida o trabalho das ADL enquanto GeOP se pode diferenciar do dos restantes GeOP?

PT – O enquadramento que nós temos permite-lhes toda a criatividade e liberdade possível para adaptar a intervenção nos seus territórios e trazerem-nos os potenciais interessados, articulando-se com as freguesias, empresas ou atores locais, estando presentes em feiras, concursos, promoções, etc. A nossa ideia é basicamente estar em todo o lado. O Nuno tem sido incansável nisso, a varrer o território em contactos com as misericórdias, instituições bancárias, feiras, universidades... Tudo quanto se relacione com o território.

NR – Deixe-me só acrescentar que uma mais-valia das ADL, dos Grupos de Ação Local (GAL), neste trabalho conjunto com a Bolsa Nacional de



Nuno Russo é Coordenador da Bolsa Nacional de Terras

“Tem de ser feito um grande trabalho no terreno de sensibilização, de dar a conhecer a existência deste projeto, dos seus objetivos, dos seus resultados, para que mais possam aderir à Bolsa Nacional de Terras, disponibilizando a suas terras que não estejam a ser utilizadas e possam ir ao encontro da imensa procura que existe de terras em Portugal.”

Terras é existir um conjunto de entidades que são associadas dessas associações, o que potencia a passagem da mensagem da existência da Bolsa Nacional de Terras.

Mas dou-lhe três exemplos concretos, do norte, centro e sul do país. No Algarve existe uma ADL, a Associação In Loco, que tem feito um trabalho extraordinário na promoção

e divulgação da BT naquele território que eles dominam, conhecem e trabalham. Associam a BT em parceria a outros projetos que já têm, fazem contactos e reuniões com todas as Juntas de Freguesia da região... Têm passado

a mensagem, com sessões de divulgação e sensibilização. E com isto conseguiram resultados na angariação de algumas terras para a Bolsa Nacional de Terras.

Um exemplo no centro, no Ribatejo. A Tagus fez um protocolo com uma associação de agricultores, sendo as duas Gestoras Operacionais, para que em conjunto pudessem dinamizar o projeto da BT no território que eles conhecem e em que estão mais à vontade para poder trabalhar.

No norte, a ADRITEM está a trabalhar juntamente com a BT e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de forma a disponibilizar um conjunto de terras do património no município, num futuro concurso a ser trabalhado pela Câmara Municipal e que começará brevemente (esperamos nós), publicitado através da Bolsa Nacional de Terras.

São apenas três exemplos de trabalhos de ADL em parceria ou com outras entidades ou com a Bolsa Nacional de Terras, na dinamização deste projeto.

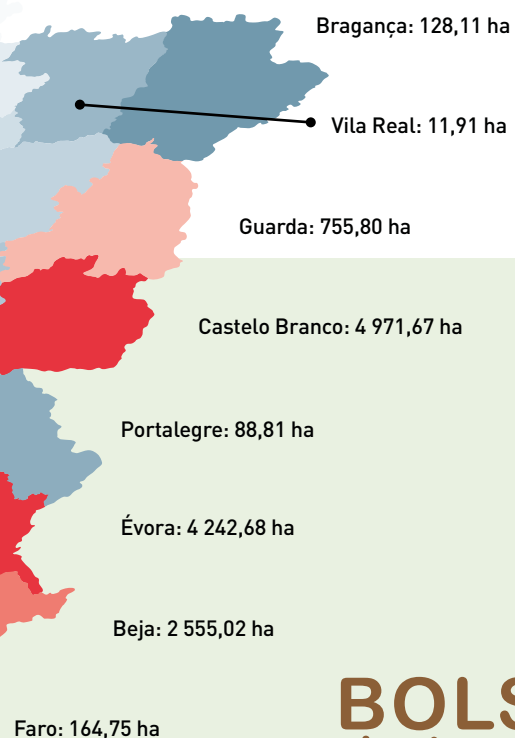
PT – Eu queria destacar, e seria injusto se não o fizesse, a EDIA. A EDIA, em Alqueva, fez um trabalho porta-a-porta. Há várias associações de regantes, que são as associações que gerem os regadios públicos, e elas têm que cobrar taxas de rega aos associados. Aí está a ser feito um contacto muito pessoal com os regantes, que se vai convidar para a BT: você está a pagar e não rega? Está a pagar e não usa? É importante dinamizar a BT nesses territórios, onde o Estado investiu muito dinheiro e tem obrigação de rentabilizar.

Muitos dos proprietários já não estão nos territórios rurais. Herdaram as terras mas agora estão em Lisboa, no Porto, noutras cidades. E os GeOP estão nos territórios rurais. Como mobilizar essas pessoas?

PT – Isto é a estratégia de divulgação em si, porque nós não nos cingimos às grandes feiras e aos grandes fóruns rurais e também estamos presentes nas universidades, nas instituições de ensino, nas iniciativas eminentemente urbanas – no Instituto Superior de Agronomia, na Universidade Nova de Lisboa, na Universidade de Aveiro, do Algarve... Onde os jovens estão. Obviamente que os estudantes não são só de zonas urbanas, mas uma boa maioria sê-lo-á. As pessoas, obviamente pela distância, pela fraca rentabilidade que esses terrenos podem dar, nem ligam. Acho que o sistema institucional, social, legislativo vai convidá-los a aderir. O nosso papel é fazer chegar a mensagem a todos e cada vez mais longe.

NR – Nem todas as GeOP são sediadas em meios rurais. As confederações de agricultores têm a sede em cidades, portanto esse papel também pode ser feito por eles. O que nós temos tentado é que toda a gente tenha acesso ao conhecimento de modo a potenciar o uso da BT e temos de arranjar várias formas de promoção e divulgação da Bolsa. E isso temos tentado, sem grandes custos, em parceria com os que colaboram connosco.

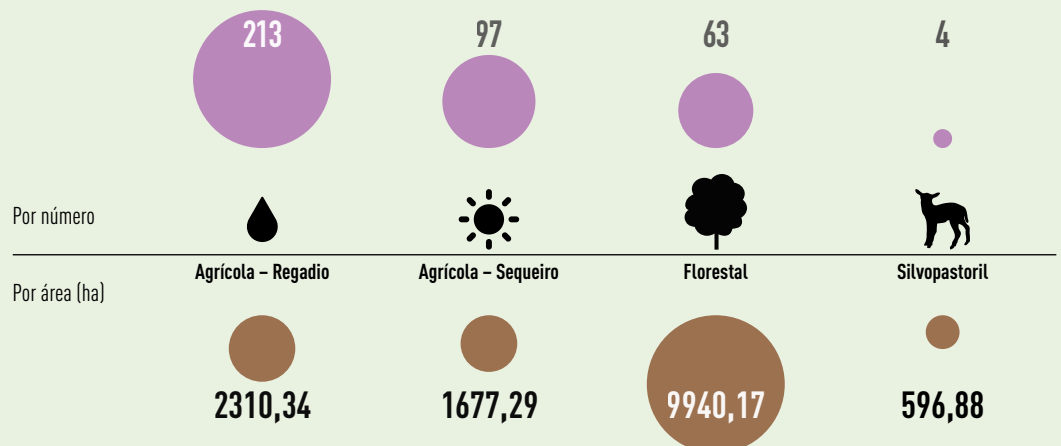
De que forma? Temos participado em algumas sessões televisivas, não há mês que não venha uma notícia nos jornais impressos que não refira a BT. Temos participado em algumas iniciativas em rádios. E todos os meios de comunicação existentes, quer nacionais, quer regionais, para nós são muito importantes para passar a mensagem, divulgar a BT e incentivar as pessoas a aderir.



BOLSA de terras



TERRAS POR TIPO DE APTIDÃO





Desenvolvimento, Território e Política agrícola – Portugal 2015

Primeira Parte

Devido à localização, posição geográfica e relevo de Portugal continental, as características biofísicas das suas zonas rurais são variadas, propiciando uma grande diversidade de sistemas agroflorestais, que se vai recriando em função de mudanças socioeconómicas e políticas.

A diversidade do território constitui um potencial de desenvolvimento, mas também de fragmentação e de acentuação das disparidades de condições de vida e de progresso. Na ausência de estratégias integradoras dos diversos territórios e de resposta às suas necessidades específicas, o

que se pode esperar é o agravamento das disparidades.

A evolução da agricultura portuguesa na última década foi a mais negativa desde a adesão à União Europeia. O valor acrescentado¹ (VAB) da agricultura do Continente

¹ Na ótica da produção o Valor Acrescentado (VAB) é avaliado a preços ao produtor (preços de mercado), sem inclusão de subsídios. Para acompanhamento do texto, deve ter-se presente as seguintes equações:

(1) VAB a preços de mercado (VABpm) = Produção a preços no produtor – Consumos Intermédios;
(2) VAB a custo de fatores (VABcf) = VABpm + Subsídios à Produção (líquidos de impostos).

diminuiu 26% (-2,5% em média anual) entre 2000 e 2012².

Tal resultou da conjugação adversa das evoluções do volume (- 19%) e dos preços (- 8 %) do VAB. Os preços implícitos no VAB diminuíram porque a progressão dos preços dos consumos intermédios (CI) superou os da produção: 32% dos CI, contra 14% da produção. Também em volume, o

² Os indicadores sobre a evolução da agricultura portuguesa baseiam-se em fontes do INE: Contas Económicas da Agricultura e Recenseamentos Agrícolas de 1999 e 2009. Os dados das Contas Económicas foram convertidos para médias trianuais centradas, para reduzir a interferência das oscilações interanuais.

crescimento dos CI (2%) e a redução da produção (-5,6%) contribuíram para a forte diminuição do VAB. Como resultado global, os consumos intermédios ascenderam em 2012 a 70% do valor da produção, contra 55% em 2000, e a quota-parte do VAB na produção caiu de 45% para 30%. A produção animal foi determinante para esta evolução, dada a enorme dependência dos gastos com alimentos (maioritariamente importados). O peso da pecuária na produção da agricultura (40%), não tem assim correspondência no contributo para a criação de valor; este era inferior a 20%

em 2000 e reduziu-se para menos de 10% em 2012.

A queda da produção agrícola em volume merece especial atenção pois decorreu de dinâmicas setoriais e territoriais diferenciadas e foi muito influenciada pelas políticas adotadas. Na componente específica da produção de bens, a produção agrícola diminuiu 4,5%³ em volume, em resultado de dois fatores: a variação da base física das atividades

³ A produção do ramo de atividade agricultura inclui a produção de bens agrícolas (vegetais e animais) e de serviços agrícolas e, ainda, de outras atividades inseparáveis da produção agrícola.



dos hortícolas e do milho grão compensou parcialmente essa quebra, permitindo que a produção vegetal se retraísse apenas em 5% entre 2000 e 2012 (cerca de -0,5% ao ano).

Na base física da produção animal só aumentou a componente bovinos carne (13%), tendo diminuído muito os restantes efetivos: bovinos leite (-32%), ovinos e caprinos (-28%) e granívoros (suínos e animais de capoeira: -25%)⁴. Tal como no setor vegetal, a produtividade animal evoluiu em função de efeitos contraditórios: o n.º de vacas leiteiras diminuiu cerca de 30% entre 2000 e 2012, mas a produção de leite de vaca retraiu-se apenas 5%, sinalizando um crescimento de 40% da produtividade do efetivo leiteiro. O crescimento da produtividade dos granívoros também permitiu obter um aumento da produção (14%). Em contraste, nos ovinos e caprinos o crescimento da produtividade foi pequeno, pelo que a produção diminuiu 20% entre 2000 e 2012. E nos bovinos de vocação carne houve uma evolução paradoxal: o efetivo reprodutor aumentou 15% entre 2004 e 2012 e a produção de carne diminuiu 20% no mesmo período, revelando uma diminuição da produção por vaca da ordem dos 30%. Desta combinação de factores, resultou uma ligeira quebra global da produção animal (-2%) no período, mas com um forte contraste entre a produção de granívoros (+14%) e de bovinos, ovinos e caprinos (-19%), o que implicou o sensível reforço da componente pecuária mais dependente de consumos intermédios importados, logo, com um escasso efeito na criação de valor acrescentado nacional.

Vimos a evolução da produção e do VAB a preços de mercado. Considera-se em seguida também os subsídios à produção e o rendimento agrícola.⁵

Os subsídios à produção aumentaram 20% no período 2000-2012, amortecendo o impacto da quebra do VAB (-26%) sobre o Rendimento

Agrícola, mas não podendo evitar a sua grande redução (-16%). Devido a esta evolução, a dependência do rendimento agrícola dos subsídios passou de 20% para 30% durante esse período.

Com este panorama à escala do Continente, observe-se o que se passou a nível regional. Retém-se apenas dois grandes espaços – um constituído pelas Regiões do Norte e do Centro (Norte/Centro) e o outro pelo Alentejo (incluindo a Lezíria do Tejo) – que representam cerca de 90% da produção e rendimento agrícolas do Continente e que, apesar da sua diversidade interna, permitem ilustrar as grandes mudanças territoriais.

O trajeto da agricultura no Norte/Centro foi ainda pior que o mostrado para o Continente, acontecendo o inverso no Alentejo, cuja dinâmica foi mais favorável. Além, o VAB e o rendimento agrícolas diminuíram, respetivamente, 33% e 25%, enquanto no Alentejo a quebra do VAB foi de apenas 7% e o rendimento agrícola aumentou 4%. Assim, em apenas uma década, o peso do Alentejo no rendimento agrícola do Continente reforçou-se em 6% (27% para 33%), acontecendo o inverso com o do Norte/Centro (de 63% para 57%).

O que justificará tal contraste entre as trajetórias regionais? A superfície agrícola irrigável reduziu-se no Norte/Centro mais de 40% (457 para 260 mil hectares) e no Alentejo apenas 10%, mercê da forte expansão do regadio na zona do Alqueva. A área de culturas permanentes diminuiu 14% no Norte/Centro e aumentou 18% no Alentejo, sobretudo devido ao olival intensivo. Os efetivos pecuários diminuíram 19% no Norte/Centro e aumentaram 10% no Alentejo; considerando apenas os herbívoros o fosso é maior, uma diminuição de 20% no primeiro espaço e um acréscimo de 12% no segundo.

O aumento dos subsídios à produção foi no Alentejo (24%) também superior ao do Norte/Centro (21%). O grau de subsidiação da agricultura alentejana, à partida muito superior à média no Continente, consolidou essa posição cimeira. O peso dos subsídios no rendimento agrícola passou, entre 2000 e 2012, de 21% para 31% no Continente, de 37%

para 44% no Alentejo e de 16% para 26% no Norte/Centro.

No período em análise, a Política Agrícola Comum (PAC) sofreu grandes alterações. Pela sua natureza e modo de aplicação em Portugal elas tiveram um forte impacto.

A quase totalidade das ajudas antes ligadas às produções vegetais (cereais, beterraba, tabaco, azeite, etc.) foram transferidas para subsídios desligados (Regime de Pagamento único – RPU), tendo-se mantido e reforçado as ligadas aos bovinos, ovinos e caprinos.

Essas alterações provocaram o colapso das culturas mais dependentes das ajudas ligadas (cereais, beterraba, tabaco) e a retração da área cultivada em favor das pastagens pobres. Explicam também a evolução do complexo herbívoro: aumento significativo (15%) do efetivo de vacas aleitantes (vocação carne), as mais beneficiadas pelas ajudas ligadas, e o forte recuo do efetivo de ovinos e caprinos (-24%). Como assinalado, o apoio ligado às vacas aleitantes conduziu à insólita (e inédita) ocorrência dos aumentos das ajudas e dos efetivos serem acompanhados pela diminuição da produção, devido à forte quebra da produção por vaca. Sendo deplorável, este desfecho é compreensível: as ajudas foram atribuídas por vaca, sem incentivo à produção de carne ou ao aumento e melhoria do potencial forrageiro, o que convidou a uma minimização de custos e à correlativa degradação do maneio.

Na ausência de estratégias de correção dos impactos territorialmente assimétricos destas alterações de políticas, o que se poderia esperar era a acentuação das disparidades. E foi o que aconteceu.

A evolução comparativamente muito desfavorável da agricultura do Norte/Centro face à do Alentejo não se deve apenas a alteração da política agrícola. As diferenças de evolução demográfica, de condições naturais, de estruturas agrárias e de acesso aos mercados e a nova tecnologia ajudam a compreender aquela evolução. Mas a ‘mão’ da política agrícola foi bem ‘visível’.

A observação da repartição dos apoios ao investimento agrícola acentua o que se conclui da análise dos subsídios à produção. Cerca de 37% do

investimento apoiado pelo PRODER 2007-2013 foi realizado no Alentejo e, aqui, muito concentrado na área do Alqueva, excedendo assim a quota-parte da região na agricultura do Continente. Ao invés, o Norte/Centro absorveu 55% do investimento, aquém portanto do seu peso no VAB agrícola (67% e 60%, respetivamente em 2000 e 2012). Combinando as visões regional e setorial, a concentração do apoio ao investimento é ainda mais marcante: por exemplo, o apoio à olivicultura representou 15% do total (38% no Alentejo) quando o seu peso não chega a 3% da produção agrícola total do Continente e se situa em cerca de 4% da produção vegetal.

Em síntese, no período analisado (2000-2012) a produção agrícola diminuiu muito e tornou-se mais dependente da utilização de consumos intermédios com um forte conteúdo de importações. O rendimento agrícola também se reduziu acentuadamente, apesar de o aumento dos subsídios ter amortecido o impacto da quebra do valor acrescentado da produção. A agricultura portuguesa tornou-se assim mais dependente de subsídios.

As disparidades entre regiões acentuaram-se e a condução da política agrícola, por omissão e ação, constitui um fator de agravamento e não de amortecimento dessas disparidades.

Urge compreender as raízes desta evolução e, sobretudo, tentar corrigi-la no futuro em prol da coesão social e territorial, o que é dizer do desenvolvimento de Portugal. Mas também para assegurar, em condições de equidade, a sustentabilidade da agricultura e do rendimento e bem-estar dos agricultores.



Francisco Cordovil
Investigador do INIAV, I.P., Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

vegetais (áreas) e animais (efetivos) e a evolução das produtividades.

A base física da agricultura sofreu uma grande retração e recomposição. A quebra global foi de 5%, com um ligeiro aumento na parte vegetal (3%) e uma redução de 16% na componente animal. Mas ambos os subsectores abrigam evoluções contrastadas.

Na produção vegetal, apenas cresceu a área com pastagens pobres em terra limpa (43%), tendo a restante superfície agrícola diminuído 19%. Destacam-se pela negativa os recuos da superfície irrigável (-32%) e da terra arável limpa (-28%), este ligado à abrupta retração da área das grandes culturas em sequeiro (-57%). Esta recomposição induziu uma quebra acentuada da produtividade (-26%), devido à substituição das culturas temporárias por pastagens pobres e à diminuição da superfície irrigável, a qual na ausência de outros fatores teria implicado uma redução da produção vegetal de cerca de 24%. Contudo, o intenso crescimento da produtividade das culturas permanentes regadas (olival, frutos frescos e vinha),

⁴ Os efetivos pecuários são contabilizados em Cabeças Normais, através de uma grelha de conversão do número de cabeças naturais em cabeças normais.

⁵ Adicionando os subsídios à produção (líquidos de impostos) ao VAB a preços de mercado obtém-se o VAB a custos de fatores, que mede o rendimento resultante da atividade agrícola (Rendimento Agrícola).

BALANÇOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Com os Programas de Desenvolvimento Rural 2007-2013 em fase de conclusão e enquanto decorria a fase de pré-seleção das parcerias para a implementação do Desenvolvimento Local de Base Comunitária, os Gestores dos Programas do Continente, Madeira e Açores concederam-nos breves entrevistas em que se pronunciaram acerca dos PDR, do LEADER e dos Grupos de Ação Local.



Patrícia
Cotrim

Gestora do PRODER,
Programa de Desenvolvimento Rural

1 No momento em que o PRODER está a ser encerrado, qual o balanço que faz do programa?

Os números falam por si e, ao dia de hoje¹, a taxa de execução do programa cifra-se em 98 por cento, com mais

¹ Entrevista concedida a 22 de maio de 2015. [N.E.]

de 38 mil projetos aprovados, que representam um investimento superior a 8 mil Milhões de Euros e 45.000 postos de trabalho.

Estes números são reflexo de uma realidade que o PRODER potenciou enquanto instrumento de apoio ao investimento na agricultura, na agro-indústria, na floresta e no desenvolvimento rural.

Neste sentido é de relevar o notável comportamento dos agentes do setor nomeadamente na capacidade que demonstraram em investir para criar valor económico, social e ambiental.

2 Relativamente à Abordagem LEADER, como avalia o desempenho dos Grupos de Ação Local e os resultados alcançados? Em que domínios (ou tipologias de projetos) o apoio do LEADER foi mais relevante?

Face aos objetivos políticos estabelecidos no PRODER para a Abordagem LEADER, considero que os resultados atingidos pelo programa foram alcançados. Esta

abordagem no PRODER não estava especialmente orientada para a agricultura, tendo um grande foco na criação de emprego através do estímulo à criação de microempresas, assente na diversificação de atividades agrícolas, no desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer e no apoio concedido aos serviços básicos para a população rural, no âmbito da economia social.

Acompanhando estes resultados, saliento a relevância dos Grupos de Ação Local (GAL) para a dinamização dos territórios rurais, verdadeiros catalisadores do surgimento de novas iniciativas.

3 A qualificação dos GAL para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária/LEADER está agora em curso. Como foram incorporadas no processo as aprendizagens do passado?

Face a uma nova realidade de utilização da Abordagem LEADER, numa lógica multifundo, permitida pelo regulamento geral dos fundos, com a criação da abordagem territorial – Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), construiu-se um novo paradigma. Toda a aprendizagem do passado foi reajustada a esta nova premissa, que tem como elemento central a contratualização por objetivos de mérito. A articulação com seis outros Programas constitui um desafio não só para as novas parcerias, mas também para a própria administração, sendo que é minha convicção que essa aposta será bem-sucedida, pois irá permitir utilizar cada fundo nas áreas para as quais está vocacionado.



Henrique
Seabra

Gestor do PRODERAM, Programa
de Desenvolvimento Rural
da Região Autónoma da Madeira

1 No momento em que o PRODERAM está a ser encerrado, qual o balanço que faz do programa?

O programa atingiu grande parte dos objetivos propostos, sendo que, por

motivos completamente externos, sofreu alterações importantes. Estas decorreram das intempéries de fevereiro de 2010 que provocaram estragos muito importantes no setor agrícola regional, além do facto de todo o setor económico da região e muitos recursos do programa terem sido dirigidos para essas ações de reconstrução do potencial produtivo. Por causa desse temporal, praticamente todo o sistema de regadio da Ilha da Madeira foi destruído. Tivemos de recuperar grande parte desse regadio e também muitas produções agrícolas que tinham sido afetadas. Por sua vez, o programa também decorreu num período extremamente complicado em termos económicos.

As pessoas tinham e têm ainda dificuldades de obter financiamento junto da banca para os seus projetos e digamos que estes casos marcaram o programa. Conseguiu-se, todavia, realizar grande parte dos objetivos a que nos propúnhamos e, por isso, o programa acabou por decorrer de forma satisfatória, apesar destes pequenos problemas que surgiram durante todo este processo.

2 Relativamente à Abordagem LEADER, como avalia o desempenho dos Grupos de Ação Local e os resultados alcançados?

Quanto à abordagem LEADER, o programa começou mal em termos da demora a arrancar. Os Grupos de Ação Local (GAL) sentiram ainda, talvez de uma forma mais acentuada do que no resto da gestão do programa, os efeitos da crise económica.

Também houve repercussões muito fortes no meio rural, como era de esperar. Os GAL tiveram muitas intenções de investimento, mas depois os promotores tinham grandes dificuldades em avançar, dada a dificuldade de garantir o financiamento necessário.

Só nos últimos anos o programa começou a decorrer com normalidade e os GAL tiveram um papel importante para a dinamização do mundo rural e a criação de emprego nas suas áreas de influência. Conseguiram ter um desempenho notável contra ventos e marés, porque tiveram um início verdadeiramente complicado, uma vez que tiveram de existir reprogramações financeiras. Mas conseguiram atingir todos os objetivos que lhes foram propostos e desenvolver o que pretendiam, sendo que ficaram um pouco abaixo daquilo que seriam as metas iniciais que nos propúnhamos aquando da programação. Contudo, isso deve-se ao ambiente completamente diferente daquele em que o programa depois veio a decorrer.

3 Em que domínios (ou tipologias de projetos) o apoio do LEADER foi mais relevante?

Os GAL, no Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira, têm autonomia completa para executarem os seus programas de desenvolvimento local. São eles próprios que abrem os seus concursos, analisam e aprovam as candidaturas. Onde apareceu o maior número de projetos e com maior impacto no futuro foi na área da conservação e valorização do património rural. Na minha perspetiva, onde se sente mais que houve um impacto positivo em termos de criação de emprego e dinamização da economia rural é ao nível da diversificação da economia rural, que em termos de custo total representou cerca de 50 por cento das verbas que tinham sido atribuídas. Os serviços básicos para a população rural tiveram também um desenvolvimento extremamente interessante, o que é muito importante tendo em conta que nós queremos que as pessoas se mantenham nessas áreas do território.

4 A qualificação dos Grupos de Ação Local para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária/LEADER está agora em curso. Como foram incorporadas no processo as aprendizagens do passado?

Neste momento, na região, abrimos a qualificação dos GAL, a qual foi feita em duas fases diferentes. Houve um aviso para os GAL se candidatarem e demonstrarem o interesse em relação ao desenvolvimento de Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Essa fase já terminou e foi proposta a seleção de dois GAL, que neste momento está para decisão superior, sendo que agora esses GAL são convidados a apresentar a EDL. Esta primeira fase não é concorrencial. Em relação à aprendizagem futura, em comparação com a atividade do passado, os GAL têm de reforçar a sua capacidade em termos de análise e acompanhamento de projetos, área onde existiram algumas falhas, nem que para isso tenham que recorrer a *outsourcing*. Mas, em termos de capacidade de aprendizagem, é nossa intenção que os GAL se mantenham com as mesmas competências que tiveram no passado.

5 Quando acha que os primeiros concursos do DLBC/LEADER estarão no terreno e quais os resultados e impactos esperados para esta medida do Programa de Desenvolvimento Rural da R. A. Madeira 2014-2020?

Neste momento estamos na fase em que os GAL vão apresentar-nos estratégias, que terão de ser

aprovadas, e eu penso que no segundo semestre do corrente ano estarão no terreno os primeiros concursos. Enquanto impactos, o maior que esperamos é a criação de emprego, que é extremamente importante para a dinamização das zonas rurais, pois é fundamental para a fixação da população.



Fátima Amorim

Gestora do PRORURAL,
Programa de Desenvolvimento Rural
da Região Autónoma dos Açores

1 No momento em que o PRORURAL está a ser encerrado, qual o balanço que faz do programa?

Apesar da conjuntura difícil que se vive, houve por parte dos agentes económicos uma dinâmica de investimento e adesão aos apoios disponíveis que permitiu alavancar a economia açoriana.

A população açoriana soube usufruir dos fundos comunitários postos à sua disposição, contribuindo os seus investimentos para o aumento da área média das explorações, o aumento do número de cabeças de gado abatido na região, o aumento da produção de leite por vaca e da sua qualidade, a melhoria da mecanização das explorações agrícolas, a diversificação da produção agrícola, a criação de novos produtos, a criação de postos de trabalho, a criação de microempresas, bem como de infraestruturas de apoio às populações..

2 Relativamente à Abordagem LEADER, como avalia o desempenho dos Grupos de Ação Local e os resultados alcançados?

Os Grupos de Ação Local dos Açores têm assumido, ao longo dos anos, um compromisso inequívoco com a sociedade e têm demonstrado grande preocupação enquanto responsáveis que são pela aplicação e gestão de estratégias que ajudam a melhorar a vida do espaço rural açoriano. A região, através da Autoridade de Gestão do PRORURAL, desde a preparação do programa solicitou a

colaboração dos GAL da RAA, que nos Açores implementaram o LEADER II e LEADER+.

Estes grupos apresentaram os seus contributos, quer no âmbito da preparação do programa, quer no seu desenvolvimento, nomeadamente na elaboração dos regulamentos específicos das medidas.

Tem sido um trabalho em parceria, pois só assim se compreende o sucesso do seu funcionamento. Eles são os agentes que dinamizam os investimentos das medidas da abordagem LEADER nas zonas rurais.

Tendo em conta a experiência reconhecida a estes grupos nos períodos de programação anteriores, e o empenho e dinamismo demonstrado, a Autoridade de Gestão do PRORURAL, está convicta que foi o bom relacionamento com os GAL, bem como de um bom trabalho em equipa que contribuiu para se atingir as taxas de compromisso e execução agora verificadas, respetivamente 98,27 por cento e 70,50 por cento.

Tendo em consideração o trabalho efetuado pelos GAL e o perfil de projetos aprovados nas várias Ações abrangidas pela Abordagem LEADER, considera-se que os apoios concedidos têm contribuído para mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais numa perspetiva multisetorial.

3 Em que domínios (ou tipologias de projetos) o apoio do LEADER foi mais relevante?

O contributo positivo da Abordagem LEADER para a promoção da cooperação e o compromisso com um modelo de governação que teve como objetivo principal mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais, sobretudo por via da diversificação e qualificação do tecido empresarial, da melhoria do acesso aos serviços de proximidade e da conservação e valorização do património rural.

A criação e desenvolvimento de microempresas apresenta-se inequivocamente como a linha de intervenção mais procurada no âmbito da Medida Diversificação da Economia e Criação de Emprego em Meio Rural, e cujos atores locais foram considerados estruturantes para a revitalização económica e social das zonas rurais açorianas.

Os investimentos apoiados tiveram resultados importantes quer nos promotores (beneficiários finais) viabilizando a criação de novas empresas, com a criação de autoemprego e de alguns empregos adicionais ou modernizando e aumentando a competitividade de empresas existentes, quer na diversificação e dinamização económico-empresarial dos

territórios rurais e na promoção do espírito empresarial, criando condições para o desenvolvimento de iniciativas empresariais e de novas oportunidades de emprego e, por esta via, contribuindo para a revitalização destes territórios e criando melhores condições para a fixação da população. Foram aprovados mais de 13 milhões de euros de investimento a que corresponde um apoio em termos de despesa pública de aproximadamente 7,6 milhões de euros, tendo sido criados 164 postos de trabalho. Os domínios de intervenção mais apoiados nesta medida foram Ajudas às PME e artesanato, seguindo-se o turismo. A Medida Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais, nas suas duas ações, tem registado uma dinâmica de adesão excelente, possibilitando o apoio a um conjunto diversificado de investimentos de elevada pertinência face às necessidades dos territórios de intervenção e contribuindo potencialmente para a facilitação da integração social das populações e melhoria da sua autoestima, e para a melhoria da qualidade de vida das populações. Da implementação desta medida verificam-se, igualmente, contributos positivos para o aumento do potencial atrativo das zonas rurais, para a manutenção, preservação e recuperação de heranças e práticas culturais, e para a gestão sustentável do território, atenuando o despovoamento das áreas rurais e o declínio económico e social destes territórios. Foram aprovados mais de 15 milhões de euros de investimento a que corresponde um apoio em termos de despesa pública de mais de 13 milhões de euros. Os domínios de intervenção mais apoiados foram os Serviços Base para a Economia Rural e manutenção e restauração de heranças culturais.

4 Quando acha que os primeiros concursos do DLBC/LEADER estarão no terreno e quais os resultados e impactos esperados para esta medida do PRORURAL+?

Prevemos em novembro ter os primeiros concursos para execução da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária/LEADER.



Foto: Krisia Baltroka

O balanço das atividades e dos resultados da Rede Rural Nacional

Que aprendizagens e como as transportar para o período de programação 2014-2020

No período 2007-2013, a União Europeia decidiu associar aos Programas de Desenvolvimento Rural a criação de redes rurais nacionais nos Estados-Membros. Esta decisão resultou em grande medida da boa experiência colhida no período anterior, com a colocação em rede dos atores e territórios rurais no âmbito da Iniciativa Comunitária LEADER, com evidentes benefícios pelo intercâmbio de experiência, conhecimento e informação.

Seguindo esta orientação europeia, foi criada em Por-

tugal a Rede Rural Nacional (RRN), uma plataforma de divulgação e partilha de informação, de experiência e de conhecimento, pressupondo uma atuação capaz de promover a partilha e a cooperação, de forma a melhorar a aplicação da política de desenvolvimento rural e a qualificação da intervenção dos agentes implicados no desenvolvimento rural.

Optou-se por uma rede única, abrangendo todo o país, financiada por um programa próprio, o Programa

para a Rede Rural Nacional (PRRN). A opção “rede única” resultou positivamente e, por essa razão, é o modelo adotado em 2014-2020, sendo agora apoiada pelos três Programas de Desenvolvimento Rural (Continente, Açores e Madeira).

Uma estrutura técnica de animação assegurou o funcionamento da Rede Rural Nacional, constituída por uma unidade central, sediada na Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e por sete pontos focais regionais

nas cinco Direções Regionais de Agricultura e Pescas e nas Secretarias Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Esta estrutura foi uma opção de proximidade que assegurou e facilitou a participação e envolvimento dos membros da RRN e de outros atores dos territórios rurais, mantendo-se no período 2014-2020.

No que se refere aos membros que integram a Rede, é de salientar o desafio que constituiu lançar uma Rede, capaz de responder às necessidades

dos membros da anterior Rede LEADER, mas também que fosse, simultaneamente, capaz de envolver os atores e agentes implicados nos restantes eixos do apoio ao desenvolvimento rural: competitividade dos setores agrícola e florestal; ambiente e paisagem rural; qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural.

Desde então, a RRN tem vindo a crescer consistentemente e, em abril de 2015, contava com 457 membros, representativos das princi-

PROGRAMA PARA A REDE RURAL NACIONAL APOIOS POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

Área de Intervenção 1

Capitalização da experiência e do conhecimento

40%

4,8 M€

Área de Intervenção 2

Facilitação da cooperação

6%

1,7 M€

Área de Intervenção 3

Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural

14%

1,6 M€

Área de Intervenção 4

Facilitação do acesso à informação

17%

2,1 M€

Área de Intervenção 5

Funcionamento da rede rural

23%

2,7 M€

Programa da Rede Rural Nacional com execução de 96 por cento

O Programa da Rede Rural Nacional (PRRN), criado para reforçar o intercâmbio entre todos os intervenientes no desenvolvimento rural, favorecendo o conhecimento e a transferência das boas práticas em coerência com as orientações comunitárias e com o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, encontra-se próximo da fase de encerramento. Com uma dotação de 11,8 milhões de euros, a sua taxa de execução a 15 de maio era de 96 por cento. Estes valores resultam da execução de 199 projetos, 183 dos quais se encontram concluídos e 16

em execução, em quatro áreas de intervenção: i) capitalização da experiência e do conhecimento; ii) facilitação da cooperação; iii) observação do mundo rural e das políticas de desenvolvimento rural; iv) facilitação do acesso à informação.

Os beneficiários do PRRN são a Administração Pública (32 por cento), as organizações de agricultores (27 por cento), os Grupos de Ação Local (11 por cento), as Universidades e Politécnicos (seis por cento), as Organizações Não Governamentais de Ambiente (cinco por cento) e outras organizações diversas (19 por cento).

país organizações públicas e privadas envolvidas no desenvolvimento rural, à escala nacional, regional e local, em todos os domínios do desenvolvimento rural. O período 2014-2020 trouxe novos desafios no que respeita à tipologia de membros, na sequência de ter alargado o âmbito da sua atividade à temática da inovação para a produtividade e sustentabilidade agrícolas, passando agora a integrar a RRN os membros de Grupos Operacionais constituídos no âmbito da Parceria Europeia de Inovação para a Produtividade e Sustentabilidade Agrícolas (PEI-AGRI).

A Estrutura Técnica de Animação tem efetivamente um papel importante na dinamização da atividade da RRN, em particular promovendo a participação ativa dos membros nas atividades da Rede, criando espaços de reflexão e desempenhando um papel fulcral na área da comunicação, procurando alcançar todas as partes interessadas na RRN, incluindo o público em geral. É esta estrutura que assegura a existência de um website, páginas de Facebook e Twitter, desenvolvimento de conteúdos temáticos, revista, folha

informativa, bases de dados de membros, de projetos relevantes e de projetos da RRN, o funcionamento da Bolsa de Iniciativas e de um Centro de Recursos, a constituição de Grupos de Trabalho temáticos, a organização de ações de formação para os GAL, a participação da RRN em eventos ou a sua organização, assim como a participação em atividades das Redes Europeias e iniciativas de outros Estados-Membros. Quanto a este último aspeto, além de se procurar a participação de todos nos fóruns internacionais, procura-se também facilitar o acesso à respetiva informação, traduzindo e resumindo os documentos.

No entanto, os verdadeiros atores do trabalho em rede são os membros da RRN. Assim, no período 2007-2013, foram os membros que, sem prejuízo de muitas outras ações realizadas na RRN sem o apoio direto do PRRN, realizaram um total de 97 iniciativas apoiadas pelo PRRN, dando execução às áreas de intervenção previstas no Plano de Ação da RRN para esse período: capitalização da experiência e do conhecimento; facilitação da cooperação; observação do mundo rural;

e facilitação do acesso à informação.

Neste âmbito, foram identificadas, caracterizadas e divulgadas experiências relevantes e boas práticas, elaborados estudos de contexto e políticos relacionados com a agricultura e o desenvolvimento dos territórios rurais, promovidas ações de divulgação de informação e de transferência de conhecimento, apoio à oferta e procura de parceiros para iniciativas de cooperação, formação específica para apoiar a prossecução da abordagem LEADER, etc. Foram abordados temas relacionados com as necessidades sentidas pelos membros no âmbito da sua atuação nos territórios. Por exemplo: regadio, boas práticas agroambientais, instrumentos de financiamento à agricultura, cooperativismo, desenvolvimento local, PAC pós 2013, cooperação LEADER, mulher na agricultura, jovens agricultores, exportações e internacionalização... Os produtos resultantes das iniciativas foram importantes, assim como os resultados intangíveis da atividade da rede, ou seja, o valor acrescentado do trabalho em rede. Com a ajuda de

uma Bolsa de Iniciativas para promover o encontro de parceiros e a racionalização de operações, foram constituídas parcerias para desenvolver conjuntamente as iniciativas do Plano de Ação. Algumas delas perduraram e procuram abraçar novos projetos. Todas reconhecem as sinergias geradas pela articulação de valências e competências, partilha de conhecimento, experiência e informação, divisão de trabalho e motivação mútua. Os bons resultados da Bolsa de Iniciativas levaram a que se tenha proposto a sua replicação em 2014-2020, não só no âmbito das iniciativas da RRN, mas também para apoiar a constituição de Grupos Operacionais da PEI-AGRI.

Também a experiência do trabalho desenvolvido por um grupo de trabalho temático (GTT) dedicado aos circuitos curtos agroalimentares foi a razão que justificou que, no âmbito da atividade da Rede para o período 2014-2020, se propusesse o desenvolvimento de atividades temáticas no âmbito de planos de ação de GTT.

Em resumo, o balanço que se faz da atividade da RRN em 2007-2013 é muito positivo.

Tem sido uma aprendizagem contínua, um esforço gratificante. O desafio é exigente: aumentar a participação das partes interessadas na execução do desenvolvimento rural; melhorar a qualidade da execução dos programas de desenvolvimento rural; informar o público em geral e os potenciais beneficiários sobre a política de desenvolvimento rural e as possibilidades de financiamento; fomentar a inovação na agricultura, na produção alimentar, nas florestas e nas zonas rurais...

Será mais fácil percorrer este caminho se trabalharmos juntos, em rede.



Custódia Correia
Coordenadora Nacional da Rede Rural Nacional



Centro de conservação e restauro de Arte Sacra

“Achámos que seria benéfico a própria diocese ter um centro de conservação e restauro onde pudesse intervir no seu património.” Lília Pereira da Silva, coordenadora do Centro

O projeto do Centro de Conservação e Restauro de Arte Sacra, em Sendim, foi criado pela Comissão de Arte Sacra da Diocese de Bragança-Miranda com vista à reunião de respostas qualificadas de conservação e restauro do património artístico religioso. Perante a perceção da existência de uma lacuna nessa área na diocese, a Comissão propôs-se intervir, sensibilizando e formando a comunidade para a melhoria do património da região.

O projeto, que concorreu ao LEADER com o apoio da CORANE, consistiu na criação do Centro de Conservação e Restauro de Arte Sacra, estrutura fundamental para realizar a adequada recuperação do património.

Isto permitiu tornar o património religioso mais rico e acessível a um maior número de pessoas, tendo já sido realizadas intervenções na pintura mural e de cavalete, na escultura e na talha dourada, em obras que estavam expostas nas várias igrejas da diocese, mas apresentavam já um avançado estado de deterioração.

O trabalho de intervenção atua essencialmente no património daquela diocese, contudo, recebeu já um pedido de orçamento externo. Neste momento estão a decorrer duas intervenções em igrejas da região, nas quais os restauros são mais morosos e extensos, enquanto no atelier do Centro são intervencionadas as partes desmontadas desses retábulos, imagens e andores, recuperando assim um importante património que importa preservar e valorizar.

Localização	Miranda do Douro
Data da candidatura	2013
Investimento total	95.892,99 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	4



Casa de Docim – Turismo Rural

“Foi importante, para não dizer crucial, o papel da SOL do AVE, quer no apoio técnico, quer no empenho dos seus funcionários.” Miguel Melo, coordenador do projeto

A Casa de Docim é um projeto de Turismo Rural que nasceu em 2013 da recuperação de uma Casa Rural e da área envolvente, localizada na freguesia de Quinchães, Fafe. A casa vive intimamente ligada com o espaço exterior, envolvida num jardim aromático, numa zona de lazer com parque infantil e duas piscinas, e num pomar onde é possível respirar os valores rurais.

A habitação remonta ao Século XVIII, pertencendo à mesma família desde então. As características construtivas e arquitetónicas são típicas da região, numa habitação onde é evidente a relação de ruralidade com o conforto, conjugando um ambiente moderno com a utilização de mobiliário antigo.

Tendo passado por um processo de degradação, a recuperação iniciou-se por iniciativa da mãe e três filhos, sendo um deles arquiteto, uma responsável de Marketing e uma gestora. Concorreram ao apoio LEADER, através da Sol do Ave, e com a aprovação da candidatura foi possível reconstruir a habitação, tornando-a numa unidade de turismo rural versátil com seis quartos.

Aproveitando a intensa dinâmica cultural de Fafe e de Guimarães, que em 2012 foi Capital Europeia da Cultura e mantém uma forte oferta cultural, a Casa de Docim apostou neste mercado, recebendo muitos clientes por via da realização dos eventos culturais na região.

<http://www.casadedocim.com>

Localização	Fafe
Data da candidatura	2012
Investimento total	296.021,10 EUR
Comparticipação LEADER	55%
Postos de trabalho criados	2



Enoturismo “A Serenada”

“O programa foi de enorme importância, quer na fase inicial de arranque e concretização do projeto, quer na fase ampliação da oferta de alojamento.” Jacinta Sousa da Silva, promotora

A apenas 13 Km da costa alentejana, em plena Serra de Grândola, a paisagem mediterrânica de vinha, olival e montado de sobro com mar ao fundo, emoldura a Serenada, casa que se mantém na mesma família há mais de três séculos. O empreendimento estava em ruínas e, em 2009, iniciaram-se os primeiros passos para a reconstrução da casa.

O projeto nasceu do desejo da proprietária, Maria Jacinta Cabral, de dar continuidade à produção de vinho iniciada pelo pai com a plantação da primeira vinha da Serenada em 1961.

Após morte do pai, Jacinta Sobral expandiu a área de vinha, que totaliza hoje cerca de 4,5 ha, e deu início ao projeto de Enoturismo, para o qual recebeu apoio LEADER, através da ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, e foi inaugurado em junho de 2013.

O sucesso do empreendimento conduziu à construção de mais duas unidades de alojamento, também apoiadas pelo LEADER, onde a decoração alia a tradição à modernidade, misturando as raízes alentejanas com pormenores vintage. Uma biblioteca, zonas de estar, amplos terraços e piscina exterior são espaços que completam a casa.

A Serenada define-se como uma unidade de espírito boutique, transversal à forma como produz os seus vinhos e acolhe os seus hóspedes. O vinho marca presença em cada momento da vida desta unidade, que é a primeira de Enoturismo da Costa Alentejana.

<http://www.serenada.pt>

Localização	Grândola
Data da candidatura	2011 e 2013
Investimento total	263.682,99 EUR
Comparticipação LEADER	55%
Postos de trabalho criados	3